



ASEAN

ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO

TEMA:

Tensão e soberania: O Mar do Sul da China e a ilha de Taiwan.



VII ONU
COLEGIAL

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
1. CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	2
2. SOBRE A SIMULAÇÃO.....	3
3. SOBRE A ONU.....	5
4. SOBRE O COMITÊ.....	8
5. CONCEITOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	10
6. HISTÓRICO DO TEMA:.....	18
7. CONFLITOS MODERNOS DO MAR DO SUL DA CHINA.....	33
8. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	42
9. POSICIONAMENTO DO JORNAL.....	44
10. VISÃO GERAL DOS PAÍSES.....	45
11. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.....	63
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
13. REFERÊNCIAS.....	65

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros Chefes de Estado e Ministros,

É com grande honra que nós, da mesa diretora, damos a vocês as boas-vindas à VII ONU Colegial do Colégio Antônio Vieira. Os diretores de mesa do ASEAN no ano de 2024 é composta por Marianna Pessoa, Mariana Teles e Rafael Jucá, e a conselheira do comitê é Anna Luiza Ribeiro, e nós quatro estamos comprometidos com o bom andamento do debate e esperamos que essa experiência seja tão enriquecedora para vocês como foi para nós em anos anteriores.

Esse documento será o Guia de Estudos do nosso comitê, que apresentará informações essenciais para conduzir seus estudos iniciais acerca da temática abordada. Vale lembrar a todos que esse documento não deverá ser o único consultado, sendo ele apenas o início de uma longa caminhada de diversos outros documentos, artigos e sites que vocês devem utilizar como fontes para os seus estudos.

Saibam que a mesa diretora e a conselheira do ASEAN estão disponíveis para ajudá-los e sanar quaisquer dúvidas que venham a surgir, então não hesitem em perguntar para qualquer um de nós!

No mais, lembrem-se de aproveitar ao máximo com a sua dupla e com o todo o comitê, desejamos uma ótima simulação a todos, e que a diplomacia prevaleça!

Dos seus queridos diretores e da sua querida conselheira,

Marianna Pessoa, Mariana Teles, Rafael Jucá
(*diretores de mesa*)

Anna Luiza Ribeiro
(*conselheira*)

2. SOBRE A SIMULAÇÃO

A simulação da Organização das Nações Unidas fomenta um desenvolvimento plural e ultrapassa a esfera acadêmica ao contribuir na formação interdisciplinar dos participantes. De maneira ampla e múltipla, o protagonismo estudantil é fortalecido, em conjunto com o estudo geopolítico, o debate humanitário e a consolidação da criticidade. Assim, essa experiência contribui para uma significativa expansão dos horizontes de aprendizagem, ajudando o aluno a ter uma postura de cidadão global frente aos desafios contemporâneos.

A partir desses fundamentos, a ONU Colegial – simulação das Nações Unidas do Colégio Antônio Vieira (Salvador – BA) - busca, desde 2018, proporcionar para os vieirenses o senso de comunidade e a aprendizagem sobre temáticas de escala global. Neste ano, nossa expectativa é promover uma discussão frutífera em um espaço seguro, com a construção de habilidades ímpares e a composição de medidas resolutivas para obstáculos que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Partindo do caráter interpessoal do processo, vale ressaltar que o projeto também ocorre em uma significativa parcela das escolas pertencentes a Rede Jesuíta de Educação. Outrossim, a cada dois anos, é realizado um encontro entre as instituições de ensino da RJE de todo o Brasil para realização de uma simulação caracterizada pelo intercâmbio, pluralidade e inovação. Esse ano, a III ONU Intercolegial foi sediada pelo Colégio Antônio Vieira e, indubitavelmente, fortaleceu nossa ONU Colegial com o fluxo cultural, o senso de comunidade e a dinâmica colaborativa.

Ademais, a ONU Colegial possui uma dedicada e consolidada rede de apoio que busca construir a melhor experiência para os membros do projeto – seja staff, imprensa ou delegado – e da comunidade vieirense. Dessa forma, a Comissão Organizadora da sétima edição - formada pelos ex-alunos e alunos do CAV - deseja construir cada etapa dessa trajetória de maneira única e acurada. O valioso processo preparatório é o primeiro passo dessa caminhada, marcado pelo carinhoso acompanhamento dos

comitês que, gradualmente, se tornam um ambiente acolhedor e culminam em quatro dias de intenso debate e cooperação.

Em 2024, a VII ONU Colegial conta com seis comitês (incluindo históricos, nacional e um inédito com delegações em dupla), seis jornais e um aplicado apoio logístico de staffs. Estamos muito contentes com o interesse e empenho dedicados ao projeto e desejamos que todos os envolvidos aproveitem o evento e, ao final da trajetória, possam buscar na memória novos conhecimentos, competências e recordações afetuosas marcadas por vínculos de companheirismo.

Esperamos que tenham uma vivência única e contem sempre com nosso apoio!

Atenciosamente,

Bernardo Palma e Iasmin Teixeira
Secretários-gerais da VII ONU Colegial

3. SOBRE A ONU



A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, Direitos Humanos e a realização da paz mundial.

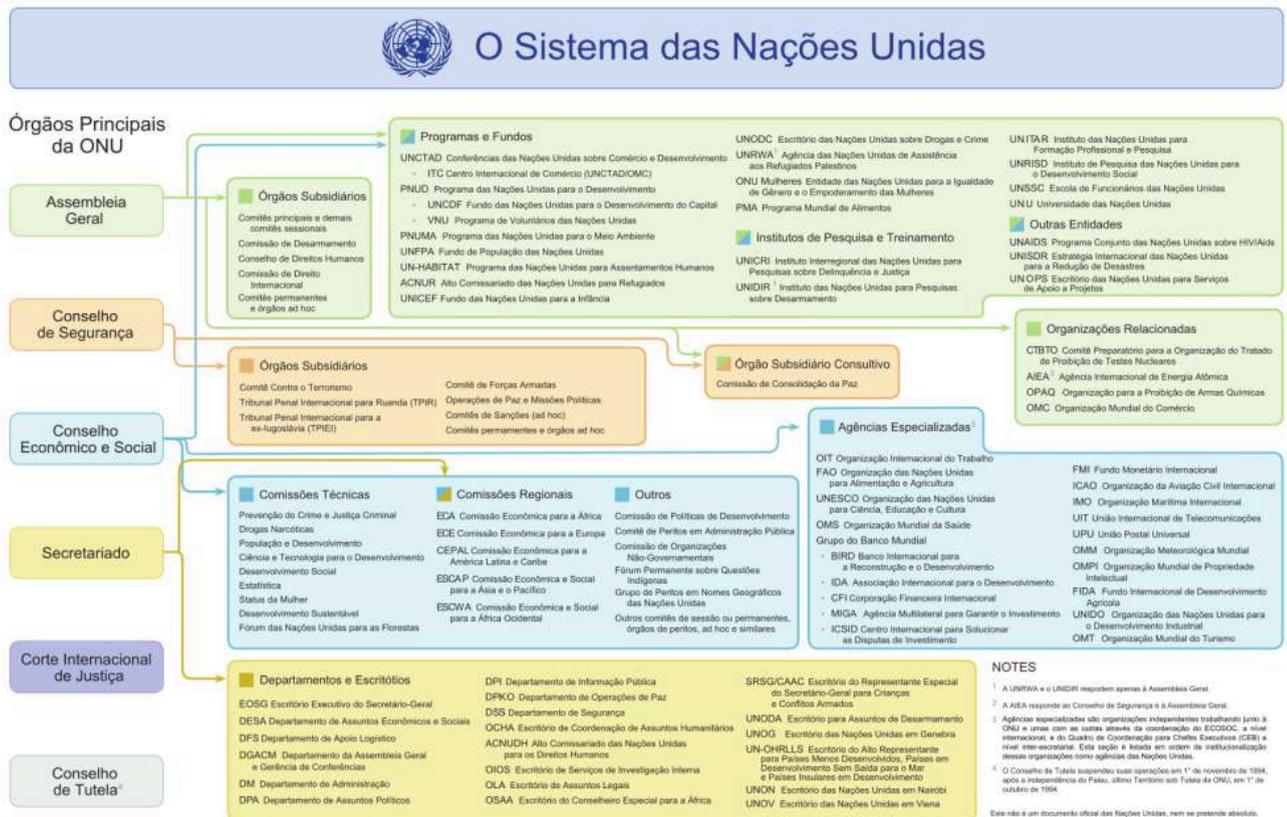
A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de deter a guerra entre países e fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias para realizar suas missões. Existem, atualmente, 193 países-membros, incluindo quase todos os Estados soberanos do mundo.

De seus escritórios em todo o mundo, a ONU e suas agências especializadas decidem sobre questões específicas ou administrativas em reuniões regulares ao longo do ano.

A figura mais destacada da ONU é o secretário-geral, cargo ocupado desde 2017 por António Guterres, de origem portuguesa. A organização é financiada por contribuições fixas e voluntárias dos Estados-membros, além de possuir seis línguas oficiais: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol.

A organização está dividida em instâncias administrativas, marcadamente pelos seus seis órgãos principais: Assembleia Geral

(AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça (CIJ) e Secretariado. Ademais, cada órgão ramifica-se em outros órgãos subsidiários, que compreendem fundos, programas e agências especializadas, cada um dos quais com a sua própria área de trabalho, liderança e orçamento, fomentando o sistema das Nações Unidas.



<https://infoonu.wordpress.com/2012/11/12/programas-fundos-e-agencias-especializadas/>

A ONU coordena o seu trabalho com estas entidades distintas do sistema da ONU, que cooperam com a Organização para ajudá-la a atingir os seus objetivos.

Além de seus órgãos próprios, a ONU conta com a colaboração de organismos regionais, como previsto no art. 52 Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, sendo a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) alguns dos exemplos:

Artigo 52:

- 1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organismos regionais, destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas.*
- 2. Os membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança.*
- 3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instância do próprio Conselho de Segurança.*

4. SOBRE O COMITÊ

A Associação das Nações do Sudeste Asiático, ou ASEAN, foi criada em 8 de agosto de 1967 em Bangkok, Tailândia, com a assinatura da Declaração da ASEAN (Declaração de Bangkok) pelos seus fundadores: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. Ao longo das décadas seguintes, Brunei Darussalam, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja passaram a integrar o conjunto, constituindo o que hoje são os dez Estados Membros. A ASEAN substituiu a Associação do Sudeste Asiático (ASA), que era formada pelas Filipinas, Tailândia e Federação da Malásia (agora parte da Malásia) em 1961.

Sob a bandeira da paz cooperativa e prosperidade compartilhada, a Associação tem como intuito acelerar o crescimento econômico, o progresso social e o desenvolvimento cultural e promover a paz e a segurança no Sudeste Asiático, abrangendo uma região com população de mais de 600 milhões e cobrindo uma área total de 4,5 milhões de quilômetros quadrados.

A ASEAN alcançou grande coesão em meados dos anos 1970, após a mudança no equilíbrio de poder no Sudeste Asiático com o fim da Guerra do Vietnã. O crescimento econômico dinâmico do momento fortaleceu a organização, permitindo que adotasse uma resposta unificada à invasão do Camboja pelo Vietnã em 1979. A primeira reunião da cúpula da ASEAN, realizada em Bali, Indonésia, no ano de 1976, resultou em um acordo sobre vários projetos industriais e a assinatura de um Tratado de Amizade e Cooperação e uma Declaração de Concórdia.

O fim da guerra fria permitiu aos países exercerem maior independência política na região e, na década de 1990, a ASEAN emergiu como uma voz de liderança em questões de comércio e segurança regionais. Como exemplo, a ASEAN adotou uma declaração para resolver disputas no Mar da China Meridional, promoveu o diálogo sobre segurança regional, estabeleceu o Fórum Regional da ASEAN e trabalhou para resolver o conflito em Timor-Leste. Em 1992, os membros reduziram

as tarifas intra regionais e abrandaram as restrições ao investimento estrangeiro, criando a Área de Livre Comércio da ASEAN.

As reuniões de cúpula da ASEAN, programadas para ocorrer semestralmente desde a adoção da Carta, reúnem os chefes de Estado dos países membros; também há conferências anuais para ministros do exterior.

Um secretariado permanente em Jacarta, Indonésia, é chefiado por um secretário-geral, cujo cargo é alternado a cada cinco anos. A organização abrange vários comitês, incluindo comitês técnicos de finanças, agricultura, indústria, comércio e transporte, que são complementados por grupos de trabalho chefiados por especialistas e várias organizações do setor privado.

Ademais, os países-membros da ASEAN mantém um Tratado de Zona Livre de Armas Nucleares - também conhecido como Tratado de Bangkok - que os obriga, terminantemente, a não desenvolver, fabricar ou adquirir armamentos de cunho nuclear em circunstância alguma, sob pena de suspensão do bloco.

Além das temáticas já abordadas, a ASEAN também tratou, ao longo de sua existência, de diversas questões relacionados à geopolítica mundial, como os conflitos armados no oriente médio, os impactos do uso do plástico na biosfera, vacinas para a COVID-19 e redes de logística inteligentes intercontinentais.

5. CONCEITOS GERAIS E ESPECÍFICOS

5.1. Soberania

A soberania, no direito internacional, é o poder supremo de um Estado de governar seu território e seu povo, livre de qualquer subordinação externa. Esse poder se manifesta na capacidade de tomar decisões políticas independentes e de defender seus interesses nacionais na arena internacional.

A Soberania é regimentada claramente na carta das nações unidas em seu artigo 2 parágrafo 1 sobre a Igualdade Soberana e o 7 sobre o Princípio da Não Ingerência:

1 - *"A Organização é baseada no princípio de igualdade soberana de todos os seus membros."*

A Igualdade soberana estabelece que todos os Estados-membros da ONU, independentemente de seu tamanho, poder econômico, sistema político ou histórico, possuem os mesmos direitos e deveres no âmbito das relações internacionais.

7 - *"Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta ; este princípio, porém não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII."*

Os direitos e deveres indicados no parágrafo 1, contudo, podem ser conflitivos no racional da Soberania, sendo que para cada dado conflito internacional existente os conceitos da Não-Ingerência e Igualdade Soberana podem entrar em contraste com os de manutenção da Paz, dos Direitos Humanos e da Responsabilidade de Proteger (R2P).

5.2. Responsabilidade de Proteger (R2P)

A Responsabilidade de Proteger (R2P, na sigla em inglês), ou *Responsibility to Protect*, é um princípio no direito internacional consolidado pela resolução (A/RES/63/308) que estabelece que os Estados têm a responsabilidade primária de proteger seus próprios cidadãos de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e limpeza étnica. No entanto, quando um Estado falha em cumprir essa responsabilidade, a comunidade internacional tem o dever de tomar medidas coletivas para proteger a população em risco.

O conceito de R2P se baseia em três pilares interligados:

- Responsabilidade de cada Estado de proteger sua população: Cada Estado tem a obrigação primária de prevenir o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e a limpeza étnica dentro de seu território.
- Responsabilidade da comunidade internacional de encorajar e ajudar os Estados: A comunidade internacional, principalmente através das Nações Unidas, tem o dever de fortalecer a capacidade dos Estados de proteger suas populações e de incentivar a cooperação internacional nesse sentido.
- Responsabilidade da comunidade internacional de tomar medidas coletivas: Quando um Estado falha de forma manifesta em proteger sua população, a comunidade internacional tem a responsabilidade de tomar medidas coletivas para proteger essas pessoas, utilizando todos os meios pacíficos. Em último caso, pode ser autorizada a utilização da força, sob a égide do Conselho de Segurança da ONU.

O conceito, contudo, entra em contraste complexo com o de Soberania Estatal e seu princípio de Não-Ingêrência e a linha do conceito exato de um Estado falhar não é delineada.

5.3. Integridade Territorial

Integridade territorial é um princípio fundamental do direito internacional que se refere à inviolabilidade de um Estado e de seu território reconhecido internacionalmente. Em outras palavras, é o direito de um Estado de manter suas fronteiras intactas e de não sofrer invasões ou anexações por parte de outros países.

A Carta das Nações Unidas, o documento fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), consagra o princípio da integridade territorial em seu Artigo 2, parágrafo 4:

"Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial, ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas."

5.4. Autodeterminação dos Povos

O princípio da autodeterminação dos povos confere aos povos o direito de autogoverno e de decidirem livremente a sua situação política, bem como aos Estados o direito de defender a sua existência e condição independente. Sendo utilizado pela ONU no processo de descolonização, esse princípio está incluso no artigo 1 parágrafo 1 da Carta das Nações Unidas:

"Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal

5.5. Mar do Sul da China (MSC)

O Mar do Sul da China (MSC) é uma área marítima com aproximadamente 3,5 milhões de km², estando localizado ao sul da China e de Taiwan, ao oeste das Filipinas, ao leste do Vietnã e ao norte de Brunei, Indonésia e Malásia. Pode-se ter acesso a essa região, que é permeada por

diversas ilhas, ilhotas, corais e baixios, pelos Estreitos de Luzon e Taiwan no norte e de Malaca, Sunda e Lombok ao sul.

A região além de ter uma grande biodiversidade, a qual é aproveitada historicamente para a atividade da pesca, é conhecida principalmente por seu alto potencial energético, possuindo reservas de petróleo e gás natural, apesar de não se saber ao certo as quantidades disponíveis. Ademais, nessa área circula uma grande parcela das mercadorias do comércio mundial, principalmente recursos naturais, e, por isso, o MSC é conhecido como Garganta do Pacífico.

Desse modo, mais da metade da frota mercante mundial e da produção global de gás natural liquefeito passam pelas rotas da região (uma das mais importantes do mundo), principalmente pelo Estreito de Malaca. Esse é o principal ponto de estrangulamento da Ásia, possuindo apenas 1,7 milhas de largura, criando um gargalo natural com potencial para colisões, encalhamentos e vazamentos de óleo. Ressalta-se também que, nos últimos anos, 85% do petróleo transportado no local era petróleo bruto.



<https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/2021/09/04/o-mar-do-sul-da-china-reinvindicacoes-de-soberania-e-o-interesse-chines/>

5.6. Direito Internacional Marítimo

O Direito Internacional Marítimo é o ramo do Direito Internacional que aborda as questões relativas ao mar, nas áreas de navegação, disputas fronteiriças, utilização e exploração de recursos naturais, resolução de acidentes, seguros, etc.

As bases do Direito Marítimo remontam às primeiras navegações do homem. À medida em que os navegadores e comerciantes foram expandindo suas rotas marítimas, foram sendo também expandidas as leis de seus Estados. Na antiguidade, acredita-se que Ilha de Rodas tenha sido um dos primeiros locais a criar uma legislação marítima específica. Além disso, teoriza-se que outros povos, como os fenícios, gregos e cartagineses, tenham produzido uma legislação com o mesmo intuito neste período. Posteriormente outras civilizações desenvolveram leis e mecanismos para o controle do comércio e navegação marítimos, a exemplo do Império Romano. Posteriormente, durante as Grandes Navegações, com os grandes descobrimentos, surgiu-se a necessidade de uma expansão do direito ao mar por parte de Portugal e Espanha, os quais recorreram ao Papa que abrangeu a norma jurídica existente (Mare Clausum) para a totalidade dos oceanos.

Em relação à legislação do século XX, foi celebrado em 1958 a Conferência sobre o Direito ao Mar, em Genebra, que especificou certos conceitos como o mar territorial, o alto mar e outros. Já em 1964, houve a Conferência de Genebra que, dentre outras coisas, reiterou a da década anterior e atualizou e definiu certos conceitos.

O Direito Internacional Marítimo atual baseia-se, principalmente, em tratados e conferências bilaterais ou multilaterais, como é o caso da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito ao Mar (CNUDM) e da Declaração de Conduta das Partes do Mar do Sul da China (DCP) do ASEAN, além de normas e declarações unilaterais dos próprios países.

5.6.1. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) é um tratado multilateral criado em um encontro da ONU em Montenegro Bay, na Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. A CNUDM reconhece a importância de se estabelecer uma ordem jurídica para os mares e oceanos, a fim de facilitar a utilização adequada e eficiente dos recursos existentes, conservando, assim, as espécies vivas, mas também protegendo e preservando o ambiente marinho.

A Convenção, dentre outros aspectos, reafirmou alguns conceitos da Conferência sobre Direito ao Mar celebrada em Genebra, a qual estabeleceu os conceitos de mar territorial, alto-mar, pesca e conservação de recursos biológicos no alto-mar e plataforma continental, além de ter estabelecido o conceito de plataforma continental. O mar territorial diz respeito à faixa variável de águas que banham as costas de um Estado e sobre as quais exerce direitos de soberania. A zona contígua é o espaço marítimo imediatamente adjacente ao mar territorial, variando sua jurisdição em cada país. A zona econômica exclusiva, como se subentende pelo nome, é a área sobre a qual, a priori, apenas o país de sua soberania pode explorar economicamente. A plataforma continental, finalmente, é a porção do fundo oceânico que vai até a profundidade de aproximadamente 200m.

A CNUDM, portanto, estabelece os limites para as partes do mar de cada país, sendo assim: o mar territorial tendo de 3 a 12 milhas náuticas, a zona contígua até 24 milhas náuticas e a zona econômica exclusiva estende-se até 200 milhas náuticas.

5.6.2. Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China (DCP)

Com o objetivo de promover um ambiente pacífico e estável no Mar do Sul da China, os Estados-membros do ASEAN e a China emitiram a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China (DCP) em 2002.

O documento reflete o consenso alcançado por todos os países signatários na procura de uma solução pacífica para as disputas e prosseguir a cooperação marítima, a fim de manter a estabilidade regional.

A Declaração, está em conformidade com a CNUDM e no Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), além da própria Carta das Nações Unidas. As Diretrizes para Implementação da DCP, entretanto, foram apenas acordadas em 2011 e, a partir de então, iniciativas práticas de cooperação marítima foram iniciadas para cumpri-las. Essas iniciativas incluem workshops, formação de seminários para promover diálogo e a construção de confiança ao longo dos anos, que atingem, principalmente, as seguintes áreas:

- a) proteção ambiental e marinha;
- b) investigação científica marinha;
- c) segurança da navegação e comunicação no mar;
- d) operação de busca e salvamento; e
- e) combate à criminalidade transnacional, incluindo o tráfico de drogas ilícitas, a pirataria e os assaltos à mão armada no mar, e o tráfico ilegal de armas.

5.6.3. Código de Conduta para o Mar do Sul da China (CDC)

Documento que está sendo feito pelo ASEAN em conjunto com a China. Em 1990 surgiu a noção de um Código de Conduta, em meio a preocupações estratégicas sobre os esforços chineses para fazer valer suas reivindicações expansivas e suas implicações regionais para a estabilidade regional, que continuou até a adoção da DCP. Em 2018, entretanto, em virtude do aumento das tensões no MSC, reacenderam as necessidades da formulação de um Código de Conduta vinculante na região.

Contudo, nota-se a dificuldade dos Estados-membros do ASEAN e da China de conseguirem encontrar um meio-termo para redigir um documento que deverá ser seguido. De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros do ASEAN, deseja-se redigir um CDC que seja

“eficaz e substantivo, que esteja em conformidade com o direito internacional, incluindo a UNCLOS de 1982”. Ademais, nota-se outro empecilho para a formulação do documento como sendo a ambiguidade e as alegações de descumprimento da lei internacional marítima por praticamente todos os países envolvidos.

Em virtude da pandemia de 2020, a formulação do Código de Conduta foi pausada, mas com o término da pandemia de coronavírus há um otimismo recíproco entre as nações do sudeste asiático para a finalização dele.

5.7. Linha das 9 Raias / Linha dos 9 Traços:

A China reivindica soberania total sobre as ilhas que se encontram dentro da Linha das 9 Raias, sob alegação de “direitos históricos”. Essa linha em formato de “U” engloba 90% do Mar do Sul da China e possui, como o nome diz, 9 segmentos ao longo do mar. Além disso, dentro da Linha das 9 Raias cobre áreas reivindicadas por todos os países localizados no MSC, como as Filipinas e o Vietnã.

A linha foi criada durante o governo da República da China, de Chiang Kai-shek, em 1947, e foi publicada em 1948 em um mapa das ilhas do MSC. Esse mapa continha originalmente 11 traços que se mantiveram no governo de Mao Tsé-Tung após a vitória comunista na Guerra Civil Chinesa e a proclamação da República Popular da China (RPC). Em 1953, os dois traços referentes ao Golfo de Tonkin foram retirados, transformando o mapa no que hoje se chama de Linha das 9 Raias.

6. HISTÓRICO DO TEMA:

6.1. As Primeiras Rotas Comerciais na Região

No século XVI, companhias mercantes vindas de Portugal, Espanha, Holanda, Reino Unido e França estabeleceram forte presença no comércio da região do MSC, levando produtos e especiarias chinesas para o continente europeu e estabelecendo presença física e permanente na região pela conquista de portos e cidades. Apesar de um declínio no século XVIII, a influência europeia no sudeste asiático foi retomada nos séculos seguintes quando frotas francesas e britânicas introduziram na região o sistema colonial, alterando a balança de poder em seu favor com o advento dos canhões.

Enquanto o mar do Sul da China vivia intensa ocupação, em 1600, os portugueses estabeleceram um entreposto comercial denominado Formosa, mas, em 1624 até 1662, a Companhia Holandesa das Índias Orientais estabeleceu sua presença em Taiwan para proibir o comércio e as atividades coloniais portuguesas e espanholas no Leste Asiático mesmo que, em 1626, os espanhóis desembarcaram e ocuparam no norte da ilha de Taiwan, nos portos de Keelung e Tamsui, como uma base para aumentar o comércio. Este período colonial durou 16 anos, até 1642, quando a última fortaleza espanhola caiu sob controle holandês. O tempo do governo holandês viu o desenvolvimento econômico, incluindo a caça em grande escala de cervos e o cultivo de arroz e açúcar por mão de obra han importada.

Durante essa mesma época, com a invasão da China pelos manchus e a derrubada da dinastia Ming, em 1644, cerca de cem mil pessoas fugiram das províncias costeiras chinesas para a ilha. Após curto período de convivência pacífica com os holandeses, aconteceram sérios conflitos. Sob a liderança de Koxinga (Cheng Ch'engkung), chineses e nativos expulsaram os ocidentais, em 1662. Vinte anos mais tarde, no entanto, os manchus estenderam seu domínio a Taiwan, incorporando-a ao Império chinês durante os dois séculos seguintes. Em meados do século XIX, foi

revivido o interesse do Ocidente, com tentativas norte-americanas e britânicas para ocupar a ilha. Como resultado, os chineses promoveram alguns esforços de modernização na margem formosina do estreito. Em 1895, após derrota humilhante para o Japão, a China cedeu a ilha aos vencedores. Durante os cinquenta anos que se seguiram, os japoneses efetuaram investimentos significativos na infraestrutura e agricultura, transformando-a em fornecedora de alimentos e base militar para o Império nipônico.

6.2. Domínio Europeu

A expansão do poder japonês na região, no século XX, se deu tanto por meio de uma forte política de alianças quanto por meio militar, tornando exércitos fortes. Entretanto, após a Primeira Guerra e com a realização de conferências navais regulatórias no Mar do Sul da China por parte das potências ocidentais, o Japão foi deixado como um 'perdedor diplomático' e forçado a desocupar posições conquistadas na China. A partir da década de 1920 o Japão entrou em um período de nova expansão militar que culminou na invasão da Manchúria, em 1932, e na segunda guerra com a China, em 1937.

Todavia, o receio da expansão japonesa fez com que a França reivindicasse as ilhas Spratly e Paracel no Mar do Sul da China. Em 1938, com a guerra sino-japonesa, a França estabeleceu presença permanente nas Paracel, dividindo-as com o Japão. A Inglaterra, que em 1877 havia reivindicado as ilhas Spratly sem adotar qualquer ação de ocupação, não abdicou suas demandas, mas também não se opôs às ações francesas, com a intenção de que o país serviria como obstáculo ao Japão nas ilhas. O Japão, protestou contra a ocupação francesa nas Spratly, invadindo Hainan em 1939. Ao contrário do que previram os ingleses, a França não ofereceu grande resistência e, em 1940, foi expulsa. Um tratado de cooperação firmado em 1941 entre o Japão e o governo francês de Vichy permitiu que o Japão utilizasse os portos e pistas de pouso e decolagem de aeronaves na Indochina, fazendo com que tropas dos dois países

coabitassem algumas das ilhas Paracel. Na sequência, o Japão utilizou essa infraestrutura para invadir as colônias britânicas e holandesas no sudeste asiático.

Em paralelo a essa conjuntura, a ilha Formosa ou Taiwan continuava sob domínio do Japão sem interferência das potências imperialistas europeias. Indiretamente, após um período longo dessa administração, os países ocidentais auxiliaram o governo chinês a retomar o controle da ilha depois do império nipônico perder a Segunda Guerra Mundial. Esse momento foi representado pela assinatura da ata de rendição do Japão, acordo que formalizou a Rendição do Japão, finalizando a guerra. Isso foi firmado pelos representantes do Império do Japão, dos Estados Unidos, da República da China, do Reino Unido, da União Soviética, da Austrália, do Canadá, do Governo provisório da República da França, dos Países Baixos, e da Nova Zelândia no USS Missouri na Baía de Tóquio em 2 de setembro de 1945.

6.3. Descolonização da Ásia e da Oceania

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os europeus retomaram suas possessões nos territórios da região. A Holanda, em 1949, cedeu, após conflito, soberania à República da Indonésia em 17 de agosto de 1945. O Reino Unido, em 1957, cedeu a independência da Malásia após o estabelecimento de um governo pró-britânico. Na Indochina francesa, guerras de independência que duraram de 1950 a 1954 culminaram na formação de novos Estados a exemplo do Camboja em 9 de novembro de 1953 e os Vietnãs do Norte e Sul em 2 de setembro de 1945, mas apenas aceita em 1954. Com isso, o governo francês estabeleceu presença permanente, em nome do Vietnã, na ilha Pattle, localizada na porção oeste das Paracel.

Concomitantemente, as Filipinas, independente em 1946, foram desencorajadas pelos Estados Unidos a reivindicarem as ilhas Spratly, uma vez que o limite oriental do território das Filipinas estipulado pelo tratado Hispano-Americano de 1898 não incluía essas ilhas. Entre os outros países

envolvidos com o MSC, Singapura ficou independente em 1959, a Filipinas teve sua soberania retomada em 1946 dos EUA. Por fim, Brunei e Tailândia se tornaram independentes a partir do dia 1 de janeiro de 1984 e em 1945, respectivamente.

Enquanto alguns países já tinham sua autonomia consolidada, a nação chinesa mergulhava na anarquia dos Senhores da Guerra, que dominavam as províncias. Diante disso, o Partido Kuomintang (KMT, Partido Nacional), e a elite chinesa se refugiavam então na província insular de Taiwan (Formosa), onde permaneceram protegidos pela VII Frota norte-americana, enquanto Mao Zedong proclamava a República Popular da China (RPC) (1º de outubro de 1949). A vitória comunista na China representava para a diplomacia americana um sério revés, pois o país era o principal aliado de Washington na região da Ásia Oriental, mas a China do KMT continuou a ser reconhecida pela maioria da comunidade internacional e a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

6.4. Revolução Chinesa: 1927 e 1949

A China foi o centro da civilização extremo oriental durante longos séculos, chegando ao século XVI dominando quase toda a Ásia. O oceano Pacífico de certa forma a isolou do resto do mundo. A China não era de modo algum uma civilização atrasada no século XIX, momento em que as potências europeias tomam contato mais direto com o país. A civilização chinesa criou um extraordinário equilíbrio entre o meio natural e seus habitantes, o que permite explicar que tenha atingido em 1850 a cifra de 430 milhões de habitantes.

Os chineses consideraram por longo tempo os europeus povos bárbaros e restringiam seu comércio no país. Com os ingleses e o impulso saqueador do capitalismo por mercados já no século XIX foi bem diferente. Esses usaram sua base colonial na Índia para criar o mercado de ópio na China via contrabando e depois impuseram o livre-comércio pela guerra. A Inglaterra criou o consumo de drogas para depois controlar o

narcotráfico. Isso foi feito através das guerras do ópio (1840-1860); seguiram-se na China assassinatos e saques brutais, imposição de tratados humilhantes e grandes concessões territoriais, inicialmente à Inglaterra e depois às outras potências industriais, inclusive ao Japão. A nação chinesa foi partilhada tornando-se uma semi-colônia.

Após um longo período, com o avanço da vitoriosa revolução russa de outubro de 1917, que colocava no poder os bolcheviques e o primeiro governo operário da História, os movimentos e partidos operários em todo o mundo são afetados e na China não seria diferente. Em 4 de maio de 1919 ocorrem grandes mobilizações da classe operária chinesa, prenúncio de uma nova configuração social e política que transformará o país futuramente. Um ainda pequeno partido comunista chinês foi fundado em julho de 1921 com apenas 57 militantes e voltado para organizar o jovem e reduzido operariado chinês.

Em 1925 reúne-se o Congresso Nacional do Trabalho representando mais de 540 mil pessoas e o comunista Liu Shao-chi é eleito vice-presidente. O partido comunista cresce rapidamente para 20 mil membros, no entanto, estava submetido e limitado como seção interna de outro partido, o Kuomintang. O movimento camponês embora ainda marcado por práticas primitivas de luta como as sociedades secretas, banditismos e regionalismos – em grande parte produto da crise econômica e degradação da autoridade pública – é pouco a pouco influenciado e progressivamente se une às forças revolucionárias modernas: na revolução de 1924-1927, num segundo momento quando o partido comunista se desloca para o campo entre 1927-1935 e, por fim, as bases camponesas das guerrilhas contra os invasores japoneses e o Kuomintang.

Com a morte de Sun Yat-sen em 12 de março de 1925, Chiang Kai-shek assumiu a direção do Kuomintang. A revolução nacionalista prossegue e o Kuomintang, entre julho e dezembro de 1926, liberta todo o sul da China dos senhores da guerra, tomando Xangai apoiado em

sublevações do movimento operário e camponês que se organizavam cada vez mais em sindicatos e milícias próprias.

Em 12 de abril de 1927, as milícias operárias são desarmadas, prende-se e massacra mais de 5 mil trabalhadores no que ficou conhecido como “o massacre de Xangai”. Em 22 de maio ele ataca Nanquim e em poucos meses faz desaparecer a presença comunista. O casamento de Stálin com Chian Kai-shek deixou um rastro de sangue no operariado chinês. Os comunistas tentam novas insurreições em julho de 1930 e sofrem novos massacres a ponto de perder a maioria da militância operária e toda a influência que possuíam nas cidades.

Eles são obrigados a empreender uma retirada para o campo para sobreviver. A desastrosa política de coligação com a burguesia custará aos comunistas o lugar de direção para o movimento operário por um longo período. Agora a revolução dependerá por circunstâncias especiais, e não por uma tática particular, das lutas camponesas para se reerguer.

A vitória de Chiang Kai-shek e do Kuomintang (KMT) não consolidou a democracia na China, mas sim mergulhou o país em insurreições internas e ataques externos. Sun Yat-sen, fundador do KMT, defendia um governo transitório em três etapas: militar, tutela política e constitucional, visando alcançar o nacionalismo, a democracia e a organização socioeconômica. Contudo, essa estratégia refletia a recusa da burguesia chinesa em construir uma soberania democrática. O KMT chegou ao poder reprimindo camponeses e comunistas, e promulgou constituições em 1931 e 1936, mas o país permaneceu dividido com senhores locais declarando independência e perseguições contínuas a trabalhadores urbanos e rurais.

O Japão imperialista invadiu a Manchúria em 1931, estabelecendo o estado-satélite de Manchukuo e controlando cinco províncias industriais. O Partido Comunista Chinês (PCC), após massacres urbanos, focou na criação de bases rurais e, em 1931, proclamou uma república soviética em Jiangxi sob Mao Tsé-tung. Chiang Kai-shek, apoiado por potências

ocidentais, priorizou a luta contra o comunismo, acomodando-se com o Japão, o que levou a acordos denunciados pelos comunistas.

O PCC propôs uma frente comum contra o Japão, mas foi rejeitado até 1937, quando uma frente militar foi finalmente formada. O PCC manteve independência política e mobilizou exércitos e milícias camponesas para enfrentar o Japão. Apesar do pacto de não-agressão entre a URSS e o Japão em 1941, que frustrou os pedidos de apoio do PCC, os comunistas ganharam força e controle de áreas libertadas durante a guerra.

Após a Segunda Guerra Mundial, o apoio dos EUA ao KMT contra os comunistas intensificou o conflito. Mao Tsé-tung recusou desarmar suas tropas, e o PCC controlava vastas zonas libertadas. Em 1947, Mao avançou com uma reforma agrária radical, distribuindo terras aos camponeses pobres. Em 1948, o KMT estava isolado nas cidades enquanto a zona rural escapava ao seu controle. Stalin tentou impedir a revolução socialista, mas as forças revolucionárias prevaleceram. Em janeiro de 1949, o Exército Popular de Libertação entrou em Pequim, e Chiang Kai-shek fugiu para Taiwan.

A República Popular da China foi proclamada em 1º de outubro de 1949, com Mao propondo um governo de transição ao socialismo. Contudo, a revolução avançou além desses limites, culminando na transformação radical da China.

6.5. Tensões Iniciais entre China e Taiwan

A milenar China Imperial acabou em fins de 1911, e no primeiro dia de janeiro de 1912 foi proclamada a República da China, encerrando 2 mil anos de história imperial. Não durou muito para que a jovem e fragmentada república mergulhasse na guerra civil, que opôs os nacionalistas do partido Kuomintang (KMT) e os comunistas liderados por Mao Tsé-Tung.

Os nacionalistas, sob a liderança do generalíssimo Chiang Kai-shek, haviam inicialmente conseguido criar um governo tendo como capital

provisória Nanking. Os dois lados chegaram a unir forças contra os japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, mas em 1945 as divergências entre ambos se impuseram e a guerra entre eles recomeçou.

Os comunistas venceram o conflito, em 1949, e proclamaram a República Popular da China no dia 1º de outubro. Derrotados, os partidários do KMT fugiram para a ilha de Taiwan, que havia voltado a fazer parte da República da China em 1945, com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, e era desde então controlada por eles.

A partir daquele momento havia duas Chinas: a comunista República Popular da China, com o governo em Pequim, e a nacionalista República da China, com a capital provisória em Taipé e liderada pelo KMT.

O líder do KMT, Chiang Kai-shek, manteve viva a República da China em Taiwan com mão de ferro. O KMT governou sob lei marcial de 1949 a 1987. Só nos anos 1980 o filho dele, Chiang Ching-kuo, abriu o país para a democracia. As primeiras eleições legislativas livres ocorreram em 1992, e a primeira eleição presidencial, em 1996.

A República Popular da China vê Taiwan como uma província rebelde e já deixou claro que busca a "reunificação", se necessário à força. E essa guerra pode se tornar uma guerra entre a China e os Estados Unidos. O presidente da RPC, Xi Jinping, reiterou em 2019 a posição de Pequim: que Taiwan seja incorporado ao continente por meio da fórmula "um país, dois sistemas", já usada para Hong Kong. Essa proposta é rejeitada pela população taiwanesa e também pelos dois principais partidos políticos, que apontam para a recente repressão chinesa em Hong Kong.

Já o presidente dos EUA, Joe Biden, declarou em outubro de 2021 que os EUA iriam defender Taiwan em caso de ataque da China. Especialistas disseram que a invasão da Ucrânia pela Rússia pode estimular Pequim a tomar uma atitude semelhante em relação a Taiwan.

O especialista Alexandre Coelho, pesquisador da Observa China e secretário do Comitê de Pesquisas em Ásia e Pacífico da International

Political Science Association, avalia que as recentes visitas de representantes dos EUA a Taiwan e de representantes de Taiwan aos EUA acirraram demasiadamente as tensões. "A guerra parece que vai ficando mais perto", afirma.

Ele ressalta que uma eventual derrota do partido Kuomintang nas eleições de Taiwan em 2024 poderia elevar a tensão a um novo patamar. "Pode ser uma boa desculpa para Xi tentar 'reunificar' Taiwan à força", observou.

6.6. Crise da década de 50 no Estreito de Taiwan

As tensões entre a República Popular da China (RPC) e a República da China (RDC) - Taiwan - na década de 1950 resultaram em conflitos armados sobre ilhas estratégicas no Estreito de Taiwan. Em duas ocasiões distintas durante a década de 1950, a RPC bombardeou ilhas controladas pela RDC. Os Estados Unidos responderam intervindo ativamente em favor da RDC.

A importância das ilhas no Estreito de Taiwan estava enraizada na sua proximidade geográfica com a China e Taiwan e no seu papel na Guerra Civil Chinesa. Jinmen (Quemoy), a duas milhas da cidade chinesa continental de Xiamen, e Mazu, a dez milhas da cidade de Fuzhou, estão localizadas aproximadamente cem milhas a oeste de Taiwan. Quando o Governo Nacionalista de Taiwan, sob Chiang Kai-shek, reconheceu que havia perdido o controle da China continental durante a Guerra Civil Chinesa, os oficiais e parte do Exército Nacionalista fugiram para a ilha de Taiwan, estabelecendo tropas nessas duas ilhas e nas Ilhas Dachen mais ao norte.

No início da década de 1950, as forças de Chiang lançaram pequenos ataques de Jinmen e Mazu contra a costa da China continental. A liderança de ambos os lados do estreito continuava a ver as ilhas como um potencial ponto de partida para uma invasão de Taiwan para retomar a China continental e tinha interesse em controlar as ilhas.

A política dos EUA em relação ao Leste Asiático no início da Guerra Fria contribuiu para as tensões no Estreito de Taiwan. No final de 1949 e início de 1950, os oficiais americanos estavam preparados para permitir que as forças da RPC atravessassem o Estreito e derrotassem Chiang, mas após o início da Guerra da Coreia em junho de 1950, os Estados Unidos enviaram sua Sétima Frota para o Estreito de Taiwan para evitar que o conflito coreano se espalhasse para o sul. A aparição da Sétima Frota irritou os comunistas chineses, que transferiram suas tropas, prontas para uma invasão de Taiwan, para a frente coreana. Isso serviu para adiar o conflito militar no Estreito até que os Estados Unidos retiraram sua frota após a Guerra da Coreia.

Nos anos seguintes, o governo dos EUA tomou medidas que o aliaram mais firmemente ao governo de Taiwan. Em 1954, os Estados Unidos lideraram a criação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático, que foi projetada para unificar a região contra a ameaça comunista percebida. Além disso, os oficiais dos EUA debateram abertamente a possibilidade de assinar um Tratado de Defesa Mútua com Chiang Kai-shek. A RPC viu esses desenvolvimentos como ameaças à sua segurança nacional e à liderança regional. No interesse de reforçar sua posição estratégica no Estreito de Taiwan, a RPC começou a bombardear Jinmen em setembro de 1954 e logo expandiu seus alvos para incluir Mazu e as Ilhas Dachen.

Os formuladores de políticas dos EUA consideraram enviar parte da frota dos EUA para o Estreito. As discussões centraram-se em saber se essa manobra reabriria a Guerra Civil Chinesa e, em caso afirmativo, qual seria o efeito sobre as preocupações de segurança dos EUA na região. Os formuladores de políticas dos EUA não queriam ser arrastados para o conflito, mas queriam que Taiwan mantivesse o controle das ilhas. A perda de Jinmen e Mazu para a República Popular poderia significar um golpe irreparável para o moral do Exército Nacionalista e a legitimidade do regime de Taiwan. Para afirmar seu contínuo apoio a esse regime, os Estados Unidos assinaram o Tratado de Defesa Mútua com Taiwan.

Embora o tratado não compromettesse os Estados Unidos a defender as ilhas offshore, prometia apoio caso Taiwan se envolvesse em um conflito mais amplo com a RPC.

A situação no Estreito se deteriorou no final de 1954 e início de 1955, levando o governo dos EUA a agir. Em janeiro de 1955, o Congresso dos EUA aprovou a "Resolução Formosa", que deu ao presidente Eisenhower autoridade total para defender Taiwan e as ilhas offshore. O governo dos EUA então anunciou sua determinação de defender Taiwan contra ataques comunistas, embora não especificasse o território incluído dentro de seu perímetro defensivo. Em troca de uma promessa privada de defender Jinmen e Mazu, no entanto, Chiang Kai-shek concordou em retirar suas tropas de Dachen, que era estrategicamente ambígua e difícil de defender.

A administração Eisenhower considerou muitas opções, que variavam desde convencer Chiang Kai-shek a desistir das ilhas até empregar armas nucleares contra a RPC. Antes que qualquer uma dessas opções se tornasse necessária, na Conferência Afro-Asiática em Bandung, em abril de 1955, o Ministro das Relações Exteriores da RPC, Zhou Enlai, anunciou o desejo de negociar com os Estados Unidos. A mudança repentina da RPC poderia ter resultado da pressão da União Soviética para aliviar as tensões, preocupação com a possibilidade muito real de guerra com os Estados Unidos ou mudanças na política interna. Em setembro de 1955, a RPC e os Estados Unidos começaram conversações em Genebra para tratar da repatriação de cidadãos, mas também para discutir a prevenção da escalada de futuros conflitos.

Embora houvesse boas razões para a RPC recuar em 1955, ela retomou o bombardeio de Jinmen e Mazu em 1958. Desta vez, a RPC aproveitou o fato de que a atenção internacional estava focada na intervenção dos EUA no Líbano e impediu os esforços de Taiwan para reabastecer as guarnições nas ilhas offshore. A RPC também queria protestar contra o contínuo apoio dos EUA ao regime de Taiwan. Mais uma vez, o presidente Eisenhower estava preocupado de que a perda das

ilhas prejudicasse o moral dos nacionalistas e pudesse ser um precursor da conquista comunista de Taiwan. Os Estados Unidos, portanto, organizaram o reabastecimento das guarnições de Taiwan em Jinmen e Mazu. Isso trouxe um fim abrupto ao bombardeio e aliviou a crise. Eventualmente, a RPC e Taiwan chegaram a um acordo em que bombardeavam as guarnições um do outro em dias alternados. Isso continuou por vinte anos até que a RPC e os Estados Unidos normalizaram as relações.

6.7. Tensão Taiwan vs. China no Século XX

Pequim vê Taiwan como uma província que se separou da China continental em meio à guerra civil de 1949. Com o objetivo de minar o governo de Tsai, inclinado à independência, a China tem mobilizado cada vez mais pressão militar, diplomática e econômica, enquanto ameaça colocar a ilha sob o controle do Partido Comunista Chinês (PCC).

O número recorde de voos militares chineses perto de Taiwan na semana passada mostra que Pequim está preparada para aumentar a pressão sobre a liderança taiwanesa. Para Song Yu-Ning, editor sênior da revista *Defense International*, as atividades militares da China têm como objetivo pressionar Taipei.

Atualmente, as tensões entre China e Taiwan estão aumentando devido a uma série de incidentes que refletem essa complexa relação. Um dos eventos recentes que exacerbou as tensões foi o incidente envolvendo o barco turístico taiwanês King Xia e a guarda costeira chinesa próximo às ilhas Kinmen. Este incidente específico ilustra a determinação de Pequim em desafiar a soberania e o controle de Taiwan sobre suas águas. Para José Niemeyer, existe sim uma possibilidade iminente de um conflito material entre as duas nações, mas, mais uma vez, com a participação dos EUA.

“Existe uma grande possibilidade de um conflito no estreito de Taiwan envolvendo China, Taiwan e Estados Unidos da América, se a

China não concordar, e ao que parece não irá concordar, com a postura independentista de Taiwan, e o governo agora, recente eleito em Taiwan, tem uma agenda independentista, Taiwan buscará essa independência, a China vai se posicionar contra, inclusive na perspectiva militar, pode invadir a ilha para impedir a independência, e os EUA ficaram do lado de Taiwan, e aí é possível sim uma guerra naval entre China e EUA naquela região.” reafirma o coordenador de relações internacionais.

Portanto, a possibilidade de um conflito direto entre China e Taiwan torna-se preocupante, sobretudo, porque o confronto militar poderia arrastar outros atores, como os Estados Unidos, Japão e outras potências regionais para a questão. Essa situação seria bastante grave, de acordo com José Niemeyer. Isso porque, apesar de em um primeiro momento não significar uma guerra nuclear, ela pode ter grandes proporções naval e aérea. Além disso, os EUA passariam por um grande problema, pois teriam que manter uma terceira frente de conflito. Isso porque eles já estão envolvidos financeiramente, e também de logística, no conflito entre Rússia e Ucrânia, apoiando a Ucrânia, via OTAN. Bem como, na questão entre Hamas e Israel, apoiando Israel.

“Isso tem limite nos EUA, seja financeiro ou no orçamento de despesas, e também limites políticos, a sociedade norte-americana não quer. Cada vez mais a população quer ver os EUA longe dos conflitos internacionais e pensando mais na questão interna, inclusive isso tem muito a ver com uma possível vitória de Trump nas eleições deste ano.” complementa José Niemeyer.

Para o mundo, economicamente falando, este conflito também seria muito ruim. Taiwan é uma grande produtora de microchips e instrumentos de alta tecnologia, ligados à indústria de tecnologia. E isso pode impactar também o fornecimento da indústria do mundo todo,

inclusive para o Brasil. Vai interferir na questão logística, pois uma guerra naquela região vai afetar toda a logística dos navios que passam por ali.

Um recorde de 13 bombardeiros chineses H-6, que são capazes de carregar armamento nuclear, entraram no espaço aéreo de Taiwan no dia 13 de dezembro de 2022. As aeronaves foram acompanhadas de um caça J-11. Ao todo, foram 29 aviões de guerra chineses, afirma o jornal South China Morning Post.

A presidenta da Câmara dos Estado Unidos, Nancy Pelosi, visitou Taiwan em agosto desse ano e o orçamento militar dos EUA para 2023 prevê um programa de modernização da defesa para Taiwan. Estes episódios recentes não são um raio em céu azul, alerta Giorgio Romano, professor de Relações Internacional e Economia da UFABC e membro do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

A China finalizou dois dias (2024) de exercícios de guerra em torno de Taiwan, em que foram simulados ataques com bombardeiros e embarques em navios. Taiwan condenou os exercícios e os chamou de "evidente provocação", dando detalhes dos aviões e navios de guerra chineses.

O canal militar da televisão estatal chinesa comunicou na noite de sexta-feira que os exercícios haviam sido concluídos. Um comentário no "Diário Oficial" do Exército de Libertação Popular disse que eles duraram dois dias, de quinta a sexta-feira, conforme anunciado anteriormente.

A China, que afirma governar democraticamente Taiwan como seu próprio território, lançou os exercícios "Joint Sword – 2024A" três dias depois de Lai Ching-te se tornar presidente de Taiwan -- um homem que Pequim chama de "separatista". Pequim disse que as simulações foram um "castigo" pelo discurso de posse de Lai na segunda-feira, no qual afirmou que os dois lados do Estreito de Taiwan "não estavam subordinados um ao outro".

A China interpretou esse comentário como uma declaração de que os dois são países separados. Lai sugeriu diversas negociações com a

China, todas rejeitadas. Ele diz que apenas o povo de Taiwan pode decidir sobre seu futuro e desaprova as reivindicações de soberania de Pequim. O governo de Taiwan condenou os exercícios, dizendo que não se deixará intimidar pela pressão chinesa.

6.8. Batalha das Ilhas Paracel (1974)

Ocorrida durante o final da Guerra do Vietnã, essa batalha teve como consequências a dominação chinesa sobre as Ilhas Paracel, além de ter influenciado grandemente as relações atuais sino-vietnamitas.

Depois que os Estados Unidos se retiraram do Vietnã do Sul em janeiro de 1973, Hanoi (capital do Vietnã do Norte) estava determinada a eliminar a ameaça mais significativa que enfrentava por terra: o governo de Saigon (capital do Vietnã do Sul). Desse modo, os norte-vietnamitas não viam as ilhas Paracel e Spratly como vitais para a sua sobrevivência, visto que os dois arquipélagos estavam sob o controle do sul. Portanto, quando a China derrotou Saigon em 1974, retomando as ilhas Paracel como consequência, o Vietnã do Norte viu como um momento estratégico para ter vantagem sobre o sul, além de que precisava, à época, do apoio chinês para a vitória.

A batalha sino-vietnamita ocorreu em 19 de janeiro de 1974 após quatro embarcações sulistas se depararem com quatro navios chineses. A batalha teve uma duração de menos de uma hora, resultando no afundamento de um navio vietnamita e danos a outros três, além disso, mais de 100 sul-vietnamitas foram mortos ou feridos e 48 soldados e um oficial de ligação americano foram capturados. A China, entretanto, teve somente alguns danos aos seus navios, e apenas 18 mortes oficiais e 67 feridos.

A China passou as duas semanas seguintes aumentando a sua presença naval em torno das ilhas e fortalecendo as suas defesas, incluindo a implantação de um submarino da classe Romeo e três fragatas de mísseis guiados da classe Chengdu equipadas com mísseis de cruzeiro anti-navio Styx.

O Vietnã do Norte comunista ainda precisava do apoio da China para reconstituir as suas forças para o ataque final para assumir o controle do Vietnã do Sul.

Depois de unificar o país em abril de 1975, Hanoi rapidamente ocupou as ilhas controladas pelo Vietnã do Sul na cadeia Spratly.

Nos anos do pós-guerra, o Vietnã continuou a protestar contra a tomada das Ilhas Paracel pela China, mantendo a sua reivindicação sobre essas ilhas e também sobre grande parte das Ilhas Spratly. O Vietnã, no entanto, nunca tentou retomar o arquipélago Paracel. Ademais, sofreu derrotas navais na década de 1980, quando a China atacou três recifes controlados pelos vietnamitas nas ilhas Spratly.

7. CONFLITOS MODERNOS DO MAR DO SUL DA CHINA

7.1. Ilhas Spratly

A disputa das Ilhas Spratly é uma disputa territorial em andamento entre Brunei, China, Malásia, Filipinas, Taiwan e Vietnã sobre a "propriedade" das Ilhas Spratly, um grupo de ilhas, recifes, bancos, ilhotas e outros, localizado no Mar do Sul da China. A disputa é caracterizada pelo impasse diplomático e pelo emprego de técnicas de pressão militar (como a ocupação militar do território disputado) no avanço das reivindicações territoriais nacionais. Todos, exceto Brunei, ocupam algumas das ilhas.

Alguns dos motivos para o embate diplomático podem ser tanto de caráter econômico quanto de caráter estratégico-militar. Sobre o econômico, na área ocupada pelo arquipélago há reservas de petróleo e gás natural, mesmo não sendo grandes, além das ilhas serem utilizadas historicamente para a atividade da pesca - a qual foi, em 2010, responsável por 14% do total da atividade pesqueira mundial. Sobre o estratégico-militar, sua posição permite aos países monitorizar as atividades marítimas na área e projetar poder militar.

Ademais, todos os países citados possuem argumentos históricos ou jurídicos para a reivindicação das ilhas. A China afirma seu direito histórico

por, fora outros fatores mais antigos, ter reconquistado as Ilhas Spratly e Paracel do Japão após a Segunda Guerra Mundial (1945), e pelo mapa da Linha das 9 Raias feito em 1947 pela República da China (atual Taiwan). Taiwan, por sua vez, reivindica as ilhas pelo mesmo motivo, visto que era seu governo que comandava a China continental durante as reconquistas e a formulação do mapa, e começou sua ocupação efetiva das ilhas após uma tentativa filipina de ocupar a Ilha Taiping (Itu Aba) - a maior ilha do arquipélago- durante os anos 50.

Além do mais, as reivindicações do país também baseiam-se na CNUDM, contudo os taiwaneses não fazem parte da Convenção, nem de qualquer outro órgão ou acordo da ONU. Os vietnamitas, embora tenham reconhecido as reivindicações chinesas sobre os Spratly e os Paracels durante a Guerra do Vietnã, deixaram de reconhecer após o conflito confessando abertamente não terem reivindicado antes para receber ajuda da China contra os americanos. A Malásia afirma que três ilhas do arquipélago são de sua soberania, visto que se encontram dentro de sua plataforma continental. Brunei também reivindica apenas a parte do arquipélago que se encontra dentro de sua ZEE. As Filipinas, finalmente, reivindicam por meio do argumento jurídico de "res nullius", pois não havia soberania efetiva sobre as ilhas até a década de 1930, além do fato de que um mapa filipino de 1734 mostrava as Ilhas Spratly como parte de seu território nacional.

Taiwan e a China, tal qual dito anteriormente, possuem os mesmos argumentos para a reivindicação das mesmas ilhas. Assim, a RPC propôs ao governo taiwanês em 2012 uma cooperação econômica na qual ambos os países iriam explorar os recursos naturais das áreas e reforçar sua presença militar, em detrimento de todos os outros países que reivindicam as Spratly. Desse modo, ONGs e legisladores taiwaneses exigiram ao governo da República da China a fortalecer militarmente a ilha de Taiping com armas para se defender contra as reivindicações vietnamitas. Portanto, Taiwan aumentou sua presença militar na região, além de ter aumentado sua pista de pouso na ilha. O Vietnã, por sua vez,

de acordo com autoridades taiwanesas, realizou repetidas agressões e invasões a Taiping, fato esse que fez Taiwan começar a ver os vietnamitas como inimigos das ilhas Spratly, além de o diretor de uma estatal petrolífera do país considerá-los como “a maior ameaça” à nação.

7.2. Reivindicações sobre o Scarborough Shoal

Nomeado em homenagem a um navio britânico que atolou nele, o Scarborough Shoal é uma ilhota de corais no Mar do Sul da China que fica a aproximadamente 120 milhas náuticas a oeste da ilha filipina de Luzon e a 486 milhas náuticas da ilha chinesa de Hainan no extremo sul da China, estando dentro tanto da ZEE das Filipinas e da Linha das 9 Raias chinesa. Não há estruturas construídas no banco de areia, mas ele é efetivamente controlado pela China, que mantém uma presença constante da guarda costeira no recurso desde 2012, nomeando o local de Ilha Huangyan, apesar dos filipinos afirmarem ser de sua soberania. Ademais, está localizado no meio do MSC e perto de rotas marítimas que transportam um comércio anual estimado em 3,4 bilhões de dólares.

Apesar de ambas as nações reivindicarem historicamente o território, os maiores impasses sobre Scarborough começaram quando a China bloqueou uma tentativa das Filipinas de prender pescadores chineses que supostamente estavam capturando espécies marinhas protegidas pelo governo filipino na área, em 8 de abril de 2012. Desde então, as duas nações posicionaram navios não militares no banco de areia, num esforço para afirmar a sua soberania sobre a área.

Desde então, diversas ondas de protestos foram feitas nos dois países como uma forma de apelo popular para a reivindicação de Scarborough por suas respectivas nações. Os filipinos, por exemplo, organizaram em 11 de maio do mesmo ano um protesto em frente ao consulado chinês em Manila. O mesmo foi feito em Pequim, onde cerca de 200 manifestantes chineses protestaram pacificamente perto da Embaixada das Filipinas, e em Hong Kong próximo do consulado filipino da cidade, no qual ativistas reiteraram a reivindicação da RPC sobre

Scarborough alegando ser propriedade chinesa desde 1279, durante a Dinastia Yuan. Além disso, os manifestantes chineses acusam as Filipinas de incitar manifestações anti-China entre os filipinos e de perturbar os pescadores chineses na ilha.

Ademais, o governo chinês impôs unilateralmente uma proibição de pesca no MSC durante 16 de maio até 1 de agosto de 2012 onde fica Scarborough, permitindo apenas a pesca com redes de emalhar de camada única e de pesca com linha e anzol. Desde 1999 a China proíbe a pesca durante o verão a pescadores de quaisquer nacionalidades, sob o pretexto de proteger a biodiversidade marítima. As Filipinas não reconheceram a proibição de 2012 e nem reconhecem a proibição de 1999, entretanto impuseram sua própria proibição, de 16 de maio a 15 de julho de 2012. De acordo com o governo filipino, os chineses não teriam o direito de aplicar uma jurisdição sobre sua zona econômica exclusiva. As punições chinesas para quem descumprir a ordem são relativamente severas. Em 2011 pescadores vietnamitas desafiaram as proibições, causando suas detenções e a apreensão dos barcos pelas autoridades chinesas. Além do mais, o país afirma que também poderá aplicar multas e suspender as licenças de quem infringir a norma.

7.3. Embate na Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA) entre as Filipinas e a China

Em 22 de janeiro de 2013, a República das Filipinas iniciou um processo de arbitragem contra a China, de acordo com os artigos 286 e 287 da CNUDM e o artigo 1 do Anexo VII, em resposta a criação por parte da China de uma nova unidade administrativa que incluía todas as características marítimas e águas dentro da “linha de nove traços”, ocorrida em 18 de junho de 2012, e a promulgação de uma lei, em novembro de 2012, que exigia a inspeção, expulsão ou detenção de navios que “ilegalmente” adentrassem nas águas reivindicadas pela China.

As reivindicações chinesas na área do MSC e do fundo do mar subjacente, segundo o governo filipino, violam a CNUDM e avançam sobre

os territórios marítimos que constituem Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e Plataforma Continental (PC) filipina.

A República Popular da China, contudo, afirmou desde o início do processo arbitral que não reconheceria quaisquer resultados da corte, por não admitir a legitimidade do tribunal para decidir sobre a questão e que não iria cumprir a decisão. Ademais, a China também afirma que ela e as Filipinas possuem acordos por meio de instrumentos bilaterais e regionais para resolver suas disputas relevantes na região por meio de negociações entre as partes, como a “Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China” assinada no ASEAN. Além disso, a China também afirma que as Filipinas estariam indo contra a CNUDM, conforme o artigo 298 da Convenção, ao iniciarem o processo.

Em 2016, o TPA declarou que não existem bases legais para as reivindicações chinesas de direito histórico sobre as águas do Mar do Sul da China, entretanto não disse na decisão de 497 páginas a quem pertencia às águas disputadas. A China, tal qual havia afirmado anteriormente, não reconheceu e descumpriu a decisão da corte pelas razões já especificadas anteriormente. As Filipinas, por sua vez, afirmam que a decisão deve ser cumprida visto que o governo chinês desrespeitou sua soberania local. Outros países, como o Japão, defendem a importância do Estado de Direito e o uso de meios pacíficos não-coercitivos para a resolução das disputas marítimas.

7.4. Frota Naval Chinesa e Ilhas Artificiais

A China construiu a maior frota naval do mundo, mais de 340 navios de guerra, os quais operam majoritariamente em águas verdes perto da costa do país. Contudo, a construção naval de Pequim revela ambições de águas mais afastadas da costa, visto que nos últimos anos lançou grandes destroieres com mísseis guiados, navios de assalto anfíbios e porta-aviões com capacidade de operar em mar aberto e projetar energia a milhares de quilômetros de Pequim.

Ademais, nota-se o aumento da presença chinesa em locais reivindicados por diversos países, em especial as ilhas Spratly e as Paracel, onde a recuperação sustentada de terra viu diversos recifes serem destruídos primeiro e depois construídos.

Há anos que a China aumenta progressivamente as suas despesas militares, tendo atualmente o segundo maior orçamento de defesa do mundo, após os EUA. Em 2022, o orçamento de defesa irá crescer 7%, acima do crescimento do PIB, que Pequim estima que será de 5,5%

Sabe-se, também, que navios chineses cercam diversas ilhotas e atóis, enviando dragas para construir ilhas artificiais grandes o suficiente para abrigar navios de guerra. Durante a última década a RPC ampliou seus sete postos avançados nas Ilhas Spratly em mais de 3.200 acres de terra (12.950.400 m²), os quais possuem campos de aviação, áreas de atracação e instalações de reabastecimento para apoiar a persistente presença militar e paramilitar da China na região. A construção chinesa, entretanto, se acelerou quando, em 2014, Pequim iniciou silenciosamente operações massivas de dragagem em sete recifes nas Spratly. Além disso, em 2018 a China começou, de acordo com os EUA, a melhorar seus equipamentos em postos avançados das mesmas ilhas. Em 2022, ainda os Estados Unidos afirmaram que a China “militarizou completamente” pelo menos três das várias ilhas que construiu no MSC.

As ações chinesas representam um grande contraste em relação às garantias dadas no passado pelo presidente Xi Jinping, que afirmou que Pequim não tinha a intenção de transformar as ilhas artificiais em bases militares. As autoridades do país, entretanto, afirmam que apenas conferem às ilhas capacidades defensivas para proteger seus direitos sobre os territórios.



Imagens de satélite Maxar do Fiery Cross Reef no Mar da China Meridional, uma parte do grupo de Ilhas Spratly, em 2018 / Getty Images

Em relação às Paracel, a RPC instalou plataformas petrolíferas nelas em 2014, o que provocou manifestações anti-china no Vietnã - país que também reivindica as Paracels.

7.5. Escalada das Tensões Sino-Filipinas:

As tensões sino-filipinas se intensificaram e ficaram mais frequentes ao longo do ano passado (2023), após a eleição do presidente filipino Ferdinand Marcos Jr., que adotou uma posição mais forte contra a China, comparado aos seus antecessores. Os conflitos também se intensificaram à medida que Pequim pressionava as suas reivindicações e Manila se recusava a cessar as suas atividades de pesca e reabastecimento, principalmente, no Scarborough Shoal.

Em março de 2024, navios da guarda costeira chinesa dispararam canhões de água contra um navio filipino numa missão de reabastecimento a um contingente de fuzileiros navais filipinos no “Segundo Thomas Shoal”, uma zona contestada por ambos os países. Essa área fica a cerca de 200 km (125 milhas) da costa da ilha filipina de Palawan. O conflito do início de março foi marcado por tiros de canhões d’água chineses em um barco de reabastecimento filipino que se dirigia ao banco de areia, que teve algumas janelas quebradas e 4 tripulantes feridos.

Ademais, em maio de 2024, a Guarda Costeira da China, novamente, disparou canhões d'água contra um navio filipino, o qual patrulhava, de acordo com as Filipinas, "legitimamente" perto do "Scarborough Shoal". De acordo com imagens liberadas pela Guarda Costeira das Filipinas, dois navios chineses embarcaram um navio filipino e o alvejaram com canhões d'água. Felizmente, apesar de terem tido danos ao barco, não houve nenhum tripulante oficialmente ferido após o ataque. A Guarda Costeira Chinesa, por sua vez, afirma terem expulsado legalmente os navios filipinos por "intrusão" nas águas adjacentes à Ilha Huangyan (nome chinês para Scarborough).

Segundo as Filipinas, a China também instalou uma barreira flutuante de 380 metros que cobre toda a entrada à ilha, restringindo efetivamente o acesso à área.

Os recentes confrontos sino-filipinos também levantaram uma certa preocupação entre os países do sudeste asiático - em especial os do ASEAN - visto que Manila possui um tratado de defesa mútua com os EUA, que, segundo Washington, pode ser utilizado caso os chineses continuem com os ataques a navios filipinos.



<https://edition.cnn.com/2024/04/30/asia/china-water-cannon-damages-philippines-ship-in-tl-hnk-ml/index.html>

7.6. Presença Estadunidense no MSC

A presença dos Estados Unidos no Mar do Sul da China também aumenta lentamente. A Marinha dos EUA conduz regularmente operações de liberdade de navegação no MSC sob o pretexto de estar “defendendo o direito de cada nação de voar, navegar e operar onde quer que a lei internacional o permita”. Além disso, os americanos também dispõem de navios de guerra e porta-aviões em atividade constante no Mar do Sul da China. Os EUA, também, possuem um tratado de defesa mútua com as Filipinas, fato esse que, com a escalada das tensões sino-filipinas, intensifica as tensões de guerra na região.

Os Estados Unidos possuem uma considerável presença no MSC desde antes da Guerra do Vietnã, entretanto foi a partir dela que sua presença se intensificou. Atualmente, o governo estadunidense se relaciona pacificamente com boa parte dos países do sudeste asiático, como o Vietnã, as Filipinas e a Indonésia. Apesar de a República Popular da China confrontar diversas vezes os EUA sobre sua presença na região, chegando até mesmo a alegar violação de sua soberania em virtude dos americanos “aumentarem as tensões na região”, enviando navios de guerra para lá, Washington rebate que sua presença naval no MSC está de acordo com o direito marítimo internacional.

8. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Mar do Sul da China (MSC), com 3,5 milhões de km², é uma das maiores rotas comerciais do mundo, sendo ela responsável por permitir a passagem de bilhões de dólares por ano. Por um lado, a República Popular da China entende que a região pertence ao seu território em virtude do mapa da Linha das 9 Raias, e as ilhas localizadas no MSC devem, em tese, responder à sua soberania. Por outro, a República das Filipinas, a República da Indonésia, a República Socialista do Vietnã, dentre outros países, reivindicam a sua soberania nas ilhas localizadas no MSC, por entenderem os seus direitos a partir da lei internacional e da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), além de condenar as ações chinesas no território.

As áreas de conflito entre os países do sudeste asiático são diversas, entretanto algumas se destacam em virtude de suas importâncias no cenário geopolítico atual, como a disputa pelas Ilhas Paracel, a disputa pelas Ilhas Spratly e a disputa pelo banco de areia de Scarborough. Essas disputas de interesses expandiram e tomaram proporções maiores do que o previsto, fazendo surgir conflitos diretos entre embarcações militares dos países supracitados, o que culmina na dificuldade de resolver diplomaticamente a problemática.

Somado às disputas territoriais supracitadas, outra grande tensão no leste asiático é o embate entre a República Popular da China e República da China (Taiwan). O conflito nasce na reivindicação da RPC sobre a ilha de Taiwan, que se autodeclara país independente e soberano, acusando esta como sediciosa e uma afronta a sua integridade territorial. Esta tensão que permeia os conflitos entre o Eixo e o Centro global invoca a atenção de grandes potências, principalmente os Estados Unidos, e se torna outro ponto de inflexão na luta por áreas de influência na Ásia Oriental.

Mesmo com a escalada das tensões de soberania no Mar do Sul da China, são escassos os tratados que possibilitem uma verdadeira mudança no cenário regional, como, por exemplo, a Declaração de

Conduta das Partes no Mar da China Meridional e o ainda não finalizado Código de Conduta das Partes no Mar do Sul da China.

Tendo em vista todos os problemas relatados, os senhores Chefes de Estado e Ministros deverão buscar mitigar os diversos conflitos crescentes no MSC a partir de negociações e acordos diplomáticos, discutindo sobre os confrontos territoriais, comerciais e políticos que permeiam a região, como a situação de Taiwan, e os impactos desses desacordos na geopolítica internacional, buscando reduzir as tensões na região da forma mais pacífica e tangível capaz. Vale lembrar que o **marco temporal do comitê é dia 02 de junho de 2024.**

9. POSICIONAMENTO DO JORNAL

O Global Times é um periódico diário chinês, com sede em Beijing (Pequim) e lançado em 1993. Inicialmente, o jornal circulava apenas no idioma mandarim, até 2009, quando ganhou uma versão em inglês. Essa extensão do idioma de circulação possibilitou a internacionalização do Global Times, que é, atualmente, o maior veículo de notícias em língua inglesa sobre a China.

O jornal, desde o seu lançamento, rompeu com a concepção do jornalismo tradicional em vigor na China, que evitava abordar diretamente sobre conflitos e questões políticas de grande proporção no país. Por outro lado, o Global Times também distancia-se do padrão adotado pelos veículos midiáticos ocidentais, em que se costuma produzir notícias sensacionalistas sobre a China. Dessa forma, o principal objetivo deste jornal é apresentar fatos e pontos de vista que possibilitem aos leitores uma melhor concepção sobre a China.

A versão em chinês do jornal é conhecida por ter uma inclinação pró Partido Comunista Chinês e grande parte do público leitor é formada por nacionalistas e conservadores. A versão em inglês adota uma linha editorial menos nacionalista em relação do governo da China.

O Global Times adota uma postura contrária a independência de Taiwan, tanto no teor noticioso de suas matérias, quanto nos seus artigos de opinião, estes últimos deixam ainda mais evidente o posicionamento do veículo. O jornal também defende os interesses chineses na disputa pelo Mar do Sul da China, sobretudo com relação à soberania da potência asiática, por meio de críticas aos países, em grande maioria do ocidente, que tentam intervir nos assuntos internos do país asiático. A frequência de conteúdos relacionados a estes temas é regular, e vêm normalmente acompanhados de estudos e falas de especialistas para validar a posição do jornal.

10. VISÃO GERAL DOS PAÍSES

10.1. República Popular da China



Xi Jinping

Presidente



Wang Yi

Diretor da Comissão de Relações Exteriores

A China é um país convidado no ASEAN, logo, não tem direito de voto no comitê. O país reafirma que as ilhas localizadas no Mar do Sul da China pertencem ao seu território soberano. Quanto à questão da ilha taiwanesa, de acordo com o Partido Comunista Chinês (PCC), a questão é clara e incontestável: Taiwan é uma parte inalienável da China. Conforme destacado no Livro Branco lançado em 2022, "Taiwan pertence à China desde a antiguidade".

O domínio chinês sobre Taiwan teve início no final do século XVII, durante a dinastia Qing, e perdurou até 1895, quando Taiwan foi anexada pelo Japão após a derrota chinesa na Primeira Guerra Sino-Japonesa. No final do século XIX, Taiwan foi oficialmente estabelecida como província chinesa.

Dessa forma, a China exige que a soberania sobre essas ilhas seja respeitada conforme o direito internacional e os princípios históricos que regem a integridade territorial da nação chinesa. A defesa dessa soberania é uma prioridade para o governo chinês e é um componente fundamental de sua política externa e de segurança.

No entanto, a China está disposta a discutir diplomaticamente o assunto, tendo em vista seu posicionamento geopolítico de tentar, antes de tudo, dialogar com os demais países. A China acredita que a via

diplomática é o caminho mais eficaz para resolver disputas internacionais e está aberta a negociações construtivas que respeitem a sua soberania e promovam a paz e a estabilidade na região.

10.2. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte



Rishi Sunak

Primeiro-ministro



David Cameron

Secretário de Estado das Relações Exteriores

O Reino Unido é um país convidado do ASEAN, logo, não tem direito de voto no comitê. Os ingleses têm uma longa história de envolvimento com o leste asiático, especialmente durante as grandes navegações dos séculos XV, XVI e XVII. Ainda hoje, é possível observar vestígios dessa presença britânica na região.

Em relação às ilhas no Mar do Sul da China, o Reino Unido afirmou que não tem planos de iniciar um confronto naval com a China nessa área. Essa mensagem conciliadora foi emitida em 2021, após os militares chineses e a mídia estatal alertarem o Reino Unido contra provocações, enquanto o grupo liderado pelo porta-aviões HMS Queen Elizabeth realizava uma missão na região, que se esperava ser mais assertiva.

Ainda em 2021, o Reino Unido anunciou a designação permanente de dois navios de guerra para a região. "Não estamos indo para o outro lado do mundo para sermos provocadores. Seremos confiantes, mas não confrontadores", declarou o secretário de Defesa, Ben Wallace, ao parlamento em abril.

No que diz respeito a Taiwan, em 2023, James Cleverly, secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, declarou: "Taiwan já é um país

independente, sob o nome de República da China (...) Taiwan possui todas as qualificações para ser um Estado, incluindo uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade de estabelecer relações com outros Estados. Só lhe falta um maior reconhecimento internacional."

10.3. República da Indonésia



Joko Widodo

Presidente



Retno Marsudi

Ministra das Relações Exteriores

A Indonésia é país-membro do ASEAN, tendo, portanto, direito de voto. Além disso, é um dos seis Estados que circundam o Mar do Sul da China. Atualmente as reivindicações territoriais no MSC são feitas por Vietnã, Filipinas, Brunei, Malásia e Indonésia (em menor escala), membros da ASEAN, além de China (e Taiwan).

As demandas de Brunei e Indonésia estão dentro do previsto pela CNUDM e são exclusivamente para propósitos econômicos. Enquanto Brunei reivindica o atol Louisa, a Indonésia foca sua atenção na superposição da Linha das 9 Raias chinesa com os Campos de Gás das Ilhas Natuna, localizadas em parte de sua ZEE.

Segundo relatório do Jane 's Terrorism & Insurgency Centre (2015), os investimentos em defesa da Indonésia cresceu, no período 2014-2015, 12,8%. Contudo, este crescimento, quando comparado ao chinês, ainda é marginal, sendo, portanto, pouco relevante para diminuir o gap de poder existente entre a China e o bloco de Estados do SE asiático.

Em 2016, a Indonésia acusou a China de violar suas águas territoriais depois que agentes da guarda costeira chinesa entraram em uma região que Jacarta considera como própria perto da área do Mar da China Meridional. A ministra das Relações Exteriores da Indonésia da época, Retno Marsudi, apresentou um protesto ao embaixador chinês, a quem convocou após o incidente que ocorreu nas ilhas Natuna, um arquipélago indonésio situado ao norte da ilha de Bornéu.

A tensão no mar da China Meridional aumentou nos últimos anos em meio a distúrbios e acusações cruzadas entre os governos reclamantes, que aumentaram sua presença militar na região.

Sobre a questão de Taiwan, atualmente, a Indonésia não reconhece oficialmente a República da China (Taiwan), uma vez que adotou a Política de Uma Só China; reconhecendo oficialmente apenas a República Popular da China desde 1950. Apesar das restrições geopolíticas, as relações entre os dois países continuam a florescer ao longo dos tempos, as oportunidades para alargar e aprofundar as relações têm crescido.

10.4. República de Taiwan



Lai Ching-te

Presidente



Lin Chia-Lung

Ministro das Relações Exteriores

Taiwan é uma região convidada da ASEAN, portanto, não possui direito de voto no comitê. A região conta com um governo próprio, eleito democraticamente, instituições independentes, moeda nacional e forças armadas. Participa ativamente do comércio internacional e é membro da

APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico). Na prática, funciona como um Estado soberano, embora não seja reconhecido pela ONU e pelas principais organizações internacionais.

Taiwan mantém relações diplomáticas formais com apenas 26 países. A República Popular da China considera Taiwan uma província rebelde e parte inalienável de seu território. Nos últimos anos, a China tem se empenhado ostensivamente na reunificação, incluindo a possibilidade de uso da força, se necessário.

O Mar do Sul da China (MSC) é rico em campos de gás natural e cerca de 80% do petróleo importado por Taiwan, Coreia do Sul e Japão passa por suas rotas. O aumento das tensões na região tem intensificado as rivalidades entre os países vizinhos e fomentado discussões sobre um possível conflito. Ao sul, Filipinas, Taiwan, Malásia e Brunei contestam a ocupação chinesa das águas e de várias ilhas, incluindo as Ilhas Spratly e Parcel.

Ao norte do MSC está o Estreito de Taiwan, que compreende os 180 km de distância entre a China continental e a ilha de Taiwan, conectando o Mar do Leste da China com o Mar do Sul da China. Este estreito tem importância estratégica significativa, sendo palco de inúmeros confrontos entre as forças chinesas e taiwanesas desde a vitória do comunismo na China continental e a fuga dos partidários do Kuomintang para Taiwan.

Anteriormente, esses confrontos resultaram em pelo menos três crises políticas e militares internacionais. A defesa de Taiwan é garantida pelo Taiwan Relations Act, que assegura o apoio de Washington em caso de agressão. Autores como Kaplan (2013) descrevem Taiwan como um "porta-aviões inafundável" a serviço dos EUA, localizado a menos de 200 km da costa chinesa. Consequentemente, a China se recusa a conceder independência à ilha, perpetuando um quadro de vulnerabilidade. Assim, o estreito permanece uma das áreas do MSC onde é possível eclodirem conflitos internacionais.

Além disso, nos últimos anos, o fortalecimento das relações entre Taiwan e os EUA têm diminuído a dependência comercial da ilha em

relação à China. Isso intensificou ainda mais as tensões, especialmente com a TSMC, maior fabricante de semicondutores de Taiwan e símbolo da economia do país, sendo arrastada para dentro da campanha eleitoral pela oposição.

10.5. Federação Russa



Vladimir Putin

Presidente



Sergey Lavrov

Ministro das Relações Exteriores

A Federação Russa é um membro convidado do ASEAN, logo não possui direito de voto no comitê. Oficialmente, a Rússia possui uma posição mais neutra na disputa do Mar do Sul da China, e afirma ser extremamente contra a interferência militar direta de potências externas na área, chamando tais movimentos de “prejudiciais e contraproducentes”. Na cúpula do G20, em 2016, por exemplo, o presidente Vladimir Putin afirmou ser “contraproducente” a interferência de uma potência não-regional nas áreas disputadas, visto que ações como essas iriam apenas dificultar a resolução deste problema. Desse modo, Moscou adverte contra “tentativas de internacionalizar” as disputas do MSC, as quais afirma serem inúteis, como a decisão de 2016 do Tribunal Permanente de Arbitragem que decidiu a favor das Filipinas. No que se refere ao processo arbitral, a Rússia afirma que uma arbitragem deve ter o consentimento de ambas as partes envolvidas e, já que a China afirmou a ilegitimidade do processo, o país não reconhece a decisão final.

Nos quesitos econômico e defensivo, nota-se que o principal parceiro russo no Mar do Sul da China é o Vietnã. Entre 1995 e 2019, 84% das importações para defesa de Hanoi foram feitas pela Rússia, a qual exportou submarinos da classe Kilo e fragatas modernas, fornecendo uma força limitada, mas potente, contra a China nos conflitos sino-vietnamitas. Além disso, a petrolífera russa Rosneft realizou diversos projetos conjuntos com estatais energéticas do Vietnã dentro da Linha das 9 Raias. Ademais, nota-se a cooperação militar-econômica russa com diversos outros países do sudeste asiático, como a Malásia, as Filipinas e a China.

O envolvimento da Rússia no MSC é historicamente pequeno. Desse modo, o país não vê quaisquer vantagens na existência de um conflito armado entre as potências do sudeste asiático, ressaltando a necessidade de uma resolução pacífica e diplomática tendo em vista a CNUDM, a Declaração de Conduta das Partes do MSC e o desenvolvimento do Código de Conduta para o Mar do Sul da China.

Ressalta-se, também, o não reconhecimento da federação sobre a soberania taiwanesa, afirmando que a ilha é uma “parte inalienável do território da China” e que deve prevalecer o princípio de “Uma China”.

10.6. República das Filipinas



Bongbong Marcos

Presidente



Enrique Manalo

Ministro das Relações Exteriores

As Filipinas é um país membro do ASEAN, logo possui direito ao voto no comitê. As relações sino-filipinas são historicamente tensas, principalmente no que se refere ao Scarborough Shoal, o qual o país afirma ser de sua soberania, visto que se encontra dentro de sua ZEE. Entretanto, como abordado anteriormente no documento, a República Popular da China afirma que esse atol a pertence, pois é englobado pela Linha das 9 Raias. Nota-se, também, que as Filipinas reivindicam outras áreas do Mar do Sul da China, como a totalidade das Ilhas Spratly.

Em 2013 o governo filipino levou ao Tribunal Permanente de Arbitragem o caso de Scarborough, alegando que as atividades chinesas na região iam contra as leis internacionais, visto que ambos os países não conseguiram entrar em um acordo sobre a questão. Em 2016 o tribunal emitiu sua decisão, a qual afirma que não há evidências o suficiente sobre a China possuir direito histórico sob a Linha das 9 Raias. Desse modo, firmou-se uma vitória às Filipinas no que consta o processo em questão.

Recentemente, intensificaram-se as tensões entre as duas potências asiáticas. Nesse contexto, as Filipinas condenam a China com palavras fortes, contando com o apoio de alguns países ocidentais como os EUA. Manila, também condena a China de tentar intimidar seus navios da guarda costeira, além de enviar sua chamada “milícia marítima” para expulsar os barcos de pesca das Filipinas.

Finalmente, constata-se que o governo filipino considera Taiwan uma província chinesa, de acordo com a política de “uma só China”. Segundo esse posicionamento, o país mantém apenas laços comerciais com a ilha, enquanto mantém laços diplomáticos e comerciais com a China.

10.7. República Socialista do Vietnã



To Lam

Presidente



Bui Thanh Son

Ministro das Relações Exteriores

A República Socialista do Vietnã é um país membro do ASEAN, logo possui direito ao voto no comitê. O Vietnã possui uma política internacional que se inclina para os diversos lados do conflito a depender do que o país considera mais benéfico para si, essa política é chamada de “diplomacia do bambu”. Assim o país adota uma abordagem e posição adaptável, buscando preservar relações positivas com os polos do conflito, aplicando uma “política de boa vizinhança”.

Desse modo, visando preservar esse posicionamento, o Vietnã, recentemente, preserva suas relações tanto com a China quanto com os Estados Unidos. As relações sino-vietnamitas se mostram fortalecidas a partir de, por exemplo, um comunicado conjunto das duas nações que reafirmava seus desejos de “aprofundar e ampliar continuamente suas relações bilaterais”. Ademais, em dezembro de 2023, o Vietnã e a China encontraram certo consenso no que tange à busca de uma resolução para disputas marítimas durante uma visita de Xi Jinping à outra potência, lançando um comunicado em conjunto que, dentre outros fatores,

afirmava a necessidade de uma solução pacífica. Além disso, crescem as relações entre o governo vietnamita e o governo estadunidense, pois ambos os países compartilham preocupações no que se refere às crescentes aspirações de Pequim no MSC.

No que se refere às reivindicações territoriais, Hanoi afirma possuir “base legal e plena e evidência histórica abundante” para afirmar sua soberania sobre as ilhas Paracel e Spratly. o Ministério das Relações Exteriores vietnamita afirmou que “A soberania do Vietnã sobre as Ilhas Hoàng Sa foi estabelecida desde pelo menos o século XVII, de acordo com o direito internacional e exercida de maneira pacífica, contínua e pública pelos estados vietnamitas”.

Sobre Taiwan, a República Socialista do Vietnã adere à política de “uma só China”, não reconhecendo a soberania da ilha, logo não possuindo relações diplomáticas diretas. Entretanto, isso não impede de os vietnamitas construírem relações econômicas com os taiwaneses, visto que Taiwan é a quarta maior fonte de investimento econômico direto do Vietnã desde 2006.

10.8. Estados Unidos da América



Joe Biden

Presidente



Antony Blinken

Secretário de Estado

Os Estados Unidos da América é um país convidado do ASEAN, logo não possui poder de voto no comitê. Apesar de já terem sido parceiros diplomáticos durante a Guerra Fria - mesmo utilizando sistemas econômicos diferentes - os EUA, ao longo deste século, iniciaram uma

rivalidade com a China sobre a hegemonia econômica global. Desse modo, ambas as superpotências procuram estabelecer parcerias econômico-diplomáticas no sudeste asiático e, mais especificamente, no Mar do Sul da China.

Os EUA possuem historicamente certa presença no MSC, contudo ela aumentou recentemente com as políticas expansionistas chinesas e com as novas tensões sino-filipinas. No que tange o conflito entre a China e as Filipinas, o Departamento de Estado dos EUA emitiu um comunicado em 2023, no qual afirmou que o governo chinês adotou “ações perigosas e ilegais que obstruíram uma missão de ressuprimento das Filipinas no recife Second Thomas Shoal”. Além disso, os estadunidenses condenam a China com fortes palavras, retratando os chineses como “valentões” e a si mesmos como “defensores da justiça”. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, em 2021, reafirmou, também, o compromisso americano em preservar e cumprir, caso necessário, o tratado de defesa mútua de mais de 70 anos entre o país e as Filipinas.

Ademais, os EUA reiteram a necessidade de se cumprir a lei internacional, que inclui, principalmente, a CNUDM e a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China. Nesse sentido, o governo estadunidense cobra que as partes respeitem e cumpram a decisão arbitral de 2016, como afirmado pelo ex-porta-voz do Departamento de Estado americano, John Kirby, no mesmo ano.

Com o aumento das tensões no MSC, os EUA reforçaram militarmente suas posições na região, enviando navios de guerra e porta-aviões, fato esse que a China diz violar a soberania dos países regionais. Washington, entretanto, rebate afirmando que a presença naval no Mar do Sul da China está de acordo com a liberdade de navegação assegurada pelo direito marítimo internacional.

As relações entre Estados Unidos e Taiwan são extremamente complexas. Apesar de, segundo o presidente Joe Biden em um pronunciamento no início de 2024, os EUA não reconhecerem a independência da ilha, assim, a rigor, não possuindo relações diplomáticas

com o governo taiwanês, os estadunidenses mantêm relações econômicas estreitas com Taiwan. Desse modo, os EUA se mostram como o terceiro principal parceiro econômico da ilha, além de serem o principal exportador de material bélico a ela. Com a crescente tensão entre as “duas chinas”, o governo estadunidense aumenta cada vez mais seu contato com altos oficiais de Taiwan. Em 2022, a presidente da Câmara dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, visitou a ilha e em um pronunciamento afirmou “deixar muito claro que os EUA não desistirão dos compromissos firmados com Taiwan”.

10.9. Reino do Camboja



Hun Manet

Primeiro Ministro



Sok Chenda Sophea

Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional

O Reino do Camboja iniciou sua participação no ASEAN em 1999, tornando-se país-membro e tendo direito de voto a partir desta data. A nação reivindica soberania sobre as ilhas, ilhotas e recifes presentes no Golfo da Tailândia, e o controle de todos esses recursos, mas não possui interesse nas ilhas Paracel, Spratly e Scarborough. Além dessa demanda, é possível observar que essa nação tem relações estreitas com a China.

Diante disso, destaca-se que, quando as forças vietnamitas invadiram o Camboja em 1978, a China forneceu apoio político e militar extenso aos Khmers Vermelhos, seguidores do Partido Comunista da Kampuchea, partido governante no Camboja de 1975 a 1979. Em 1979, as forças chinesas travaram uma breve guerra fronteiriça contra o Vietnã, em parte para ameaçar os vietnamitas a se retirarem do Camboja.

Ademais, a Conferência de Paz de Paris sobre o Camboja (de julho de 1989 a outubro de 1991) resolveu as relações Camboja-China e contribuiu para a reintegração da China nas principais negociações multilaterais das potências. Após a retirada vietnamita do Camboja e as eleições patrocinadas pela ONU em 1993, a China reconheceu e apoiou o novo governo democrático.

Além disso, Camboja cortou todas as ligações com Taiwan e apoiou fortemente a reunificação de Taiwan com a China. Em 1997, o primeiro-ministro que gerenciava a nação descreveu a China como o "amigo mais confiável" do Camboja, de maneira que, em maio de 1999, condenou o bombardeamento acidental da OTAN contra a Embaixada da China em Belgrado.

10.10. República de Singapura



Lawrence Wong

Primeiro Ministro



Vivian Balakrishnan

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República

A República de Singapura adentrou o grupo do ASEAN no ano de 1967, sendo um dos países-membros e possuindo direito de voto. Dentro dessa organização, o país prometeu apoiar e promover totalmente a posição da China. Uma força-tarefa de treinamento de mar distante de três navios de guerra avançados da Marinha do Exército de Libertação Popular da China (PLA Navy) conduziu exercícios conjuntos marítimos no Mar da China Meridional com a Marinha da República de Singapura no dia

23 de setembro de 2021, aumentando a confiança mútua e o nível de cooperação militar entre as duas nações.

Dessa maneira, não é a primeira vez que as duas marinhas realizam um exercício conjunto. Em fevereiro do mesmo ano, a China e Singapura conduziram um exercício naval conjunto no Mar do Sul da China. Além dessa questão, Singapura manteve uma política de “Uma China”, expondo que sua visão em relação a Taiwan é contra a separação e a independência da Ilha Formosa.

No aspecto econômico, a China lançou a iniciativa Belt and Road e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura para conectar países em várias regiões. Entre esses países, Singapura apoia ambas as iniciativas, propondo maior integração econômica e o desenvolvimento de infraestrutura de ambas nações.

10.11. Malásia



Anwar Ibrahim
Primeiro Ministro



Mohamad Hasan
Ministro das Relações Exteriores

A Malásia foi um dos países que começou a compor o ASEAN no ano de 1967, tratando-se de um dos países-membros e detendo direito de voto. A nação está disposta a negociar com Pequim sobre o Mar do Sul da China para garantir sua exploração de hidrocarbonetos no arquipélago Spratly, além de desejar uma ZEE de 200 milhas náuticas e o prolongamento de sua plataforma continental no MSC. Essas reivindicações existem desde a década de 1960. Atualmente controla os

recifes de Adasier, Dallas, Louisa, Mariveles, Royal Charlotte e Swallow fisicamente por forças do governo malaio. Desde 1983, quando tomou o controle do Recife de Swallow, a Malásia vem expandindo seu controle sobre a região e possui uma pista de aterrissagem, um hotel e chalés para mergulhadores. A ilha não possuía espaço para tudo isso, então, o governo malaio transportou terra da sua ilha principal para o recife para aumentar o espaço. Os recifes de Érica, Investigator, Luconia, Commodore, Amboyna e Braque Canadá não estão ocupados, e são contestados pela nação.

Desse modo, o primeiro ministro Anwar Ibrahim e o presidente chinês, Xi Jinping, se encontraram no dia 03/04/2023 de maneira que ambos abordaram a situação do Mar da China Meridional em um momento em que a empresa malaia Petronas tem a maior plataforma no território, assim como vários projetos de exploração. Ibrahim ressaltou que, como um representante de um país pequeno, ele entende a necessidade de obter controle de recursos, como o petróleo e o gás, e pretende empreender projetos de exploração.

Contudo, o país não reconheceu a edição 2023 do mapa oficial da China, que define como parte de seu território a quase totalidade do Mar da China Meridional. A recusa, manifestada no dia 30/08/2023, ocorreu em meio a crescentes tensões em águas estratégicas disputadas. A Malásia observou que o novo mapa, delineando claramente a “linha de nove traços” da China, destaca as “reivindicações unilaterais” chinesas que se sobrepõem à soberania malaia, acrescentando que a resolução desse problema carece de diálogo e de consulta, conforme o direito internacional, incluindo a CNUDM.

Ademais, a nação também disse que apoia a criação de um “Código de Conduta para o mar”, a respeito do qual as nações do Sudeste Asiático estão atualmente em negociações. O país ainda declarou que continuará a explorar petróleo e gás, mesmo diante da “presença e atividades” de navios chineses na sua zona econômica exclusiva (ZEE).

10.12. Reino da Tailândia



Srettha Thavisin
Primeiro Ministro



Maris Sangiampongsa
Ministro das Relações Exteriores

O Reino da Tailândia instituiu o ASEAN no ano de 1967, formando o grupo dos países-membros e dispondo de direito de voto. Da perspectiva tailandesa, o Mar do Sul da China é uma importante região na Ásia em que há reservas de gás natural. Tamanha fonte energética propiciou que Bangkok assinasse com a Malásia um Memorando de Entendimento em 1979, válido por 50 anos (até 2029), estabelecendo negociações de exploração e criando uma Área de Desenvolvimento Conjunto; contudo, mesmo cooperando, ambos possuem reclamações acerca deste espaço. Tal situação impulsiona a Tailândia a adquirir submarinos para minimizar sua desvantagem nas próximas negociações da Área de Desenvolvimento Conjunto, considerando que não possui nenhum, enquanto a Malásia possui dois da classe Scorpène e pretende adquirir outros até 2040.

Em relação à China, a Tailândia vem realizando uma série de acordos associados às embarcações, principalmente submarinos, e infraestrutura portuária. A presença chinesa poderia facilitar novos tipos de interações, como receber navios chineses em portos locais. Assim, Pequim garantiria pontos de apoio logístico para a sua esquadra sem necessitar de bases militares próprias na região. Além disso, o país vem explorando o estreitamento de laços com a Tailândia desde conflitos governamentais internos em 2014, que prejudicou as relações tailandesas com os EUA, aliado histórico.

Este complexo cenário reforça a importância de um Estado ter meios dissuasórios adequados para garantir sua soberania e poder negociar de maneira mais equilibrada. Entretanto, depender exclusivamente da China pode não ser tão vantajoso para a Tailândia. Por isso, a Tailândia e as Filipinas se comprometeram em promover a cooperação bilateral para abordar o quadro das Normas de Ação no Mar do Sul da China. O compromisso foi firmado em uma coletiva de imprensa conjunta após o encontro entre o primeiro-ministro tailandês e o presidente das Filipinas. Os dois líderes enfatizaram a necessidade da implementação efetiva da Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China (DOC). Para ambos, os países enfrentam problemas ilegais, incluindo crimes transnacionais como terrorismo e extremismo violento, tráfico de pessoas e drogas ilícitas.

10.13. Estado de Brunei Darussalam



Hassanal Bolkiah

Sultão e Primeiro Ministro



Mohamed Bolkiah

Príncipe e Ministro de Relações Exteriores e Comércio

Brunei Darussalam é um país localizado no Sudeste/Leste Asiático, e faz fronteira exclusivamente com a Malásia, além de também estar localizado no Mar do Sul da China. Está figurado entre os menores países do mundo, com uma área de apenas 5.765 km². Há mais de seis séculos apenas uma família governa e indica a organização governamental do país, a qual é constituída pelo sultão, sua família, a aristocracia malaia, e

cinco conselheiros, nas quais os membros são indicados pelo próprio sultão.

Brunei segue sendo um dos únicos países a adotar um regime monárquico absolutista. Entretanto, essa característica totalitária não limitou a inclusão do país nos processos de integração regional do Sudeste Asiático. 1º de janeiro de 1984 é a data da proclamação da independência bruneína, e apenas seis dias depois a ASEAN realizou o convite à monarquia de Brunei para se tornar parte do bloco. Segundo o próprio Ministério de Relações Exteriores de Brunei à época, a ASEAN se tornou o principal pilar da política externa nacional. E com a entrada na instituição, o país consequentemente manteve participação em alguns mecanismos regionais, tais como o Fórum Regional da ASEAN, ASEAN + 3 (China, Japão e Coreia do Sul) e a Cúpula do Leste Asiático.

Hassanal Bolkiah e seu governo, historicamente, buscam estabelecer relações diplomáticas e amigáveis com a maioria das nações, seguindo o princípio de respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade e integridade territorial de todas as nações livres de interferência externa. Inclusive, logo após sua independência, estabeleceu laços diplomáticos para além da ASEAN, como com Laos, Camboja e Vietnã, que ainda não faziam parte da associação.

No conflito do MSC, Brunei acredita que a China vem desrespeitando as leis internacionais propostas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), porém devido à atual perspectiva política do país, também não fornece respaldo às operações dos Estados Unidos no local. Portanto, Brunei se encontra em uma posição de neutralidade em relação a esse conflito.

Por fim, historicamente, Brunei realiza atividades diplomáticas ativas com Taiwan e, nos últimos anos, os dois países vêm estreitando laços especialmente nas áreas da agricultura, turismo, comércio, educação e intercâmbios interpessoais apesar da influência de Pequim. Contudo, devido ao aumento dessa influência chinesa, o governo de Brunei é cauteloso ao se aproximar.

11. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10768/000598795.pdf>
- <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/56c07417-d666-4e71-b99c-b9e2884d0220/content>
- <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-1-fev.--2019---mar-do-sul-da-china.pdf>

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura de todo o guia de estudos, nós da Mesa Diretora esperamos que os senhores façam um ótimo trabalho, representando seus respectivos países, através de seus chefes de governo e ministros, e cientes de que devem seguir o posicionamento que foi escrito para cada um.

Ademais, destaca-se a importância de os senhores respeitarem as políticas externas de seus respectivos países, necessitando o delegado separar suas opiniões pessoais do posicionamento de suas respectivas nações.

Esse guia não deve ser a única fonte de estudos, então se aprofundem em outros documentos e tornem suas pesquisas cada vez mais aprofundadas sobre o tema, aproveitando ao máximo a modalidade em dupla para isso. Reforçamos novamente que estaremos disponíveis para tirar qualquer dúvida ou atender a qualquer necessidade que venha a surgir.

Dito isso, desejamos uma ótima simulação para os senhores Chefes de Estado e Ministros.

Atenciosamente,

Marianna Pessoa, Mariana Teles, Rafael Jucá e Anna Luiza Ribeiro.

13. REFERÊNCIAS

- <https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/2021/09/04/o-mar-do-sul-da-china-reinvindicacoes-de-soberania-e-o-interesse-chines/>
- <https://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2018/08/batalha-das-ilhas-paracel-1974.html#:~:text=Em%2019%20de%20janeiro%20de,chineses%20em%20no vembro%20de%201973.>
- <https://www.navytimes.com/news/your-navy/2019/03/14/speed-forward-fight-close-and-hit-hard-how-china-won-the-battle-of-the-paracel-islands/>
- <https://thediplomat.com/2024/01/situating-the-battle-of-the-paracel-islands-in-modern-vietnam-china-relations/>
- <https://expresso.pt/internacional/asia/china/2023-09-26-China-aconselha-Filipinas-a-evitarem-provocacoes-no-recife-de-Scarborough-31901c8c>
- <https://amti.csis.org/scarborough-shoal/>
- <http://www.chinapost.com.tw/china/local-news/hong-kong/2012/05/11/340696/HK-activists.htm>
- <http://www.chinapost.com.tw/china/local-news/hong-kong/2012/05/11/340696/HK-activists.htm>
- <https://globalnation.inquirer.net/48044/navy-ships-ready-to-sail-back-to-scarborough-shoal>
- <https://web.archive.org/web/20160531095317/http://www.interaksyon.com/article/31840/china-bans-fishing-in-scarborough-shoal-other-parts-of-south-china-sea-starting-may-16>
- <https://www.philstar.com/headlines/2016/04/12/1572446/philippine-diplomat-china-dont-turn-shoal-island>
- <https://amti.csis.org/counter-co-scarborough-standoff/>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-conflito-no-mar-do-sul-da-china-e-por-que-ele-aumenta-a-tensao-com-as-filipinas/>

- <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/07/1790822-tribunal-de-haia-decide-em-favor-das-filipinas-em-arbitragem-sobre-mar-do-sul-da-china.shtml>
- <https://pt.euronews.com/2016/07/12/tribunal-arbitral-de-haia-pequim-nao-tem-direito-ao-controlo-exclusivo-do-mar>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-reafirmam-defesa-das-filipinas-em-decisao-sobre-mar-da-china-meridional/>
- <http://www.janes.com/article/39716/china-goes-all-out-with-major-island-building-project-in-spratlys>
- <https://books.google.com/books?id=taOrjN83rLEC&pg=PA124>
- <https://archive.ph/20140325150413/http://www.atimes.com/atimes/China/NH10Ad01.html>
- <https://archive.ph/20140325150328/http://www.atimes.com/atimes/China/NF13Ad01.html#selection-362.2-1046.0>
- https://www.academia.edu/38881440/PAULO_BONAVIDES_Ci%C3%Aancia_Pol%C3%ADtica
- <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-direito-internacional-maritimo.htm>
- <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/areas-protecao-marinha-preservacao-mar.htm>
- <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=pt-br/node/126#:~:text=A%20CNUDM%20estabelece%20o%20conceito.como%20os%20crit%C3%A9rios%20para%20o>
- https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/846266/1/CEMOS2022_SILVIO_MIRANDA.pdf
- <https://referencia.com/asia-e-pacifico/malasia-rejeita-mapa-de-beijing-que-reivindica-controle-total-do-mar-da-china-meridional/>
- <https://cnnportugal.iol.pt/mar-do-sul-da-china/eua/china-transformou-ilhas-artificiais-em-bases-militares/20220321/623801d90cf21a10a426629b>

- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-conflito-no-mar-do-sul-da-china-e-por-que-ele-aumenta-a-tensao-com-as-filipinas/#:~:text=Os%20EUA%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20reivindicadores,mares%20em%20tudo%20o%20mundo.>
- <https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2023/10/23/beira-de-um-im-passe-entenda-os-incidentes-no-mar-do-sul-da-china-entre-chineses-filipinos-146361.html>
- <https://edition.cnn.com/2024/04/30/asia/china-water-cannon-damages-philippines-ship-intl-hnk-ml/index.html>
- <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42346330>
- <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/south-china-sea-why-are-china-philippines-tensions-heating-up-2024-04-11/>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-conflito-no-mar-do-sul-da-china-e-por-que-ele-aumenta-a-tensao-com-as-filipinas/#:~:text=Os%20EUA%20n%C3%A3o%20s%C3%A3o%20reivindicadores,mares%20em%20tudo%20o%20mundo>
- <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-1-fev.--2019---mar-do-sul-da-china.pdf>
- <https://www.dw.com/pt-br/o-histórico-das-tensões-entre-china-e-taiwan/a-65293548>
- <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/taiwan-strait-crisis>
- <https://blog.ibmec.br/noticias/tensoes-crescentes-entre-china-e-taiwan-saiba-as-principais-analises-do-impacto-no-mercado-mundial/>
- <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/24/a-tensao-por-taiwan-vai-escalar-para-uma-guerra-entre-china-e-eua>
- <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/05/25/china-encerra-exercicios-de-guerra-de-dois-dias-em-torno-de-taiwan.ghtml>
- <https://www.naval.com.br/blog/2021/07/30/reino-unido-afirma-nao-ter-plano-s-de-confronto-no-mar-da-china-meridional-apos-alerta-de-pequim/>

- <https://areferencia.com/asia-e-pacifico/reino-unido-chama-taiwan-de-independente-e-cria-tensao-para-viagem-de-secretario-a-china/>
- <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/03/21/indonesia-acusa-china-de-violar-suas-aguas-territoriais.htm>
- <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/taiwan-uma-nacao-ou-uma-provincia-chinesa.htm>
- <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/04/qual-e-a-relacao-de-taiwan-com-os-eua.ghtml>
- <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-nao-apoiam-independencia-de-taiwan-diz-biden/>
- <https://www.youtube.com/watch?v=JjrEfFWq4oc>
- <http://portuguese.xinhuanet.com/20230713/8e819b6a10714391b9931ee754ecbd70/c.html>
- <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/13637/209209212664>
- <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/41009/28535>
- <https://www.redalyc.org/pdf/358/35847203.pdf>
- <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34540/1/Dissertacao%20Giovani%20Damico%20-%20Vers%c3%a3o%20deposito.pdf>
- <http://200-98-146-54.clouduol.com.br/bitstream/123456789/191/1/BARBOSA,%20Quem%20se%20importa%20com%20Taiwan.pdf>
- <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/239312/001109770.pdf?sequence=1>
- <https://thediplomat.com/2023/11/a-south-china-sea-code-of-conduct-cannot-be-built-on-a-foundation-of-bad-faith/>
- <https://oantagonista.com.br/mundo/china-defende-soberania-sobre-ilhas-paracel-e-spratly-contra-reivindicacoes-do-vietna/>
- <http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/1214/c309809-20110135.html>

- <https://www.opeu.org.br/2023/12/28/xi-jinping-reforca-relacoes-bilaterais-em-visita-oficial-ao-vietna-em-contraposicao-aos-eua/>
- https://veja.abril.com.br/mundo/filipinas-enviam-navios-militares-para-protger-barcos-civis-contra-china#google_vignette
- <https://asean.org/our-communities/asean-political-security-community/peaceful-secure-and-stable-region/situation-in-the-south-china-sea/priority-areas-of-cooperation/>
- <https://www.rfa.org/english/news/southchinasea/indonesia-drills-china-06212023121252.html>
- <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/whats-behind-new-china-asean-south-china-sea-code-conduct-talk-guidelines>
- <https://www.publico.pt/2016/07/12/mundo/noticia/haia-rejeita-reivindicacoes-territoriais-de-pequim-no-mar-do-sul-da-china-1738011>
- https://web.archive.org/web/20070616041520/http://www.jamestown.org/publications_details.php?volume_id=415&issue_id=3704&article_id=2371023
- <https://www.naval.com.br/blog/2021/09/30/marinhas-da-china-e-de-singapura-realizam-exercicios-conjuntos-no-mar-da-china-meridional-aumentando-a-confianca-e-a-cooperacao/>
- <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-direito-internacional-maritimo.htm#:~:text=Lei%208.617%20de%2004%20de,brasileiros%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>
- <https://www.straitstimes.com/opinion/spore-a-strong-supporter-of-chinas-peaceful-development>
- <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/04/malasia-aceita-negociar-com-pequim-sobre-mar-do-sul-da-china.ghtml>
- <https://www.defesaaereanaval.com.br/analise/tailandia-construcao-de-sub-marino-e-os-desafios-a-autonomia-em-defesa/amp>
- http://portuguese.xinhuanet.com/2019-02/17/c_137828828.htm

- <http://portuguese.people.com.cn/n3/2017/0322/c309808-9193524.html>
- <https://www.doisniveis.com/asia/sudeste-asiatico/a-politica-externa-do-sultao-brunei-entra-no-sistema-internacional/>
- <https://diplomatie.org.br/as-tensoes-no-mar-do-sul-da-china-e-tempo-para-a-guerra/>
- <https://www.taipeitimes.com/News/taiwan/archives/2020/08/23/2003742144>